

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Educação

Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local

**Desenvolvimento Local Sustentável
e Turismo Acessível: O Projecto
BioRia**

2013

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Educação

Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local

Desenvolvimento Local

Sustentável e Turismo Acessível: O

Projecto BioRia

Sofia de Matos Mesquita

Trabalho realizado sob a orientação do Professor Doutor Nuno
Carvalho

Março de 2013

Agradecimentos

Venho em primeiro lugar agradecer á minha família, pai, mãe, irmã e noivo. Pai, que sempre criticou e reviu os meus trabalhos académicos, mãe que sempre assistiu bem de perto a todo o meu trabalho, à minha irmã que sempre apoiou o meu ponto de vista desta temática mesmo estando longe e ao meu noivo por ter aturado os meus “arrebites” e mau humor vezes sem conta.

Agradeço aos meus colegas de mestrado que sempre elogiaram o meu empenho e dedicação logo nesta temática que pode ser, por vezes, controversa, difícil de contornar e até de aceitar.

Também a equipa da APN, e aos meus amigos a ela associados, que sempre viram este estágio como uma mais-valia para todas as pessoas.

Ao Engenheiro Norberto Monteiro, que desde o primeiro contacto se mostrou completamente disponível para me orientar no que fosse preciso. O seu bom humor, e carácter aberto, foram uma mais-valia para o sucesso deste trabalho!

À Engenheira Ana e Á Engenheira Andreia por também terem contribuído sempre para um óptimo ambiente de trabalho.

E agradeço ao Professor Doutor Nuno Carvalho. Porque me orientou desde sempre, desde o início da primeira ideia, sem hesitações. Por me ter dado força para continuar, elogiar o meu empenho e dar todo o contributo dos seus conhecimentos em prole de um bom trabalho. Por ter contribuído para que o meu estágio passasse do papel para a prática.

Resumo: Este estudo, denominado “Desenvolvimento Local Sustentável e Turismo Acessível: O Projecto BioRia”, desenvolve-se no Município de Estarreja e tem como objectivos: (i) conhecer o Projecto BioRia; (ii) adquirir experiência e conhecimentos técnicos e específicos e experiências de metodologia de trabalho; (iii) colaborar nas actividades do Projecto BioRia; (iv) criar um conjunto de propostas de melhorias para o Projecto BioRia.

Este trabalho tem duas componentes: o estágio e a investigação-acção, que decorreram paralelamente. É utilizada a metodologia qualitativa, assente na pesquisa e análise documental e na observação participante a qual foi consubstanciada num diário de bordo.

Os resultados do estudo indicam que o Projecto BioRia é acessível, mas ainda pode melhorar em vários aspectos para além das acessibilidades físicas, como a comunicação, e recursos disponíveis para pessoas com necessidades especiais. Para o efeito foi efectuado um conjunto de propostas nesse sentido.

Palavras-chave: Acessibilidades, Desenvolvimento, Natureza, Necessidades Especiais, Local, Sustentabilidade, Turismo.

Abstract: This study, entitled “Sustainable Local Development and Accessible Tourism: The BioRia Project” is developed in Estarreja Municipality and has got the following objectives: (i) to know the BioRia Project; (ii) to acquire experience and specific technical knowledge in Accessible Tourism and Sustainable Local Development; (iii) to collaborate in activities developed by the BioRia Project, learning the work methodology used; (iv) to elaborate improvement proposals concerning the accessibility and promotion of the BioRia Project.

The study has got two components: the curricular internship and the action research, which took place simultaneously. We used qualitative methodology, based on research and documentary analysis and participant observation, which was consubstantiated in a logbook.

The results of the study indicate that the BioRia Project is accessible but can still be improved in many ways, beyond physical accessibilities, namely in communication and available resources for people with special needs. To meet this end a number of proposals were made with that goal.

Keywords: Accessibility, Development, Nature, Special Needs, Local, Sustainability, Tourism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
1.1. Desenvolvimento Local Sustentável	9
1.2. Turismo Acessível	19
1.2.1. Tipos de Necessidades Especiais	19
1.2.2. O Turismo Acessível	20
1.2.3. Turismo Acessível na Natureza e Desenvolvimento Local Sustentável	24
1.3. Projectos e Iniciativas de Turismo Acessível e Desenvolvimento Local Sustentável	29
CAPÍTULO 2 – OBJECTIVOS E METODOLOGIAS	37
2. 1. Apresentação	39
2.2. Objectivos	41
2.3. Metodologia	41
2.3.1. Questão de partida	42
2.3.2. Questões orientadoras	42
2.3.3. Instrumentos de recolha e tratamento de dados	43
CAPÍTULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO	45

3.1. Município de Estarreja e o Projecto BioRia	47
3.1.1. Demografia.....	48
3.1.2. Contexto Socioeconómico.....	50
3.2. O Município de Estarreja: acessibilidades físicas para pessoas com necessidades especiais	53
3.2. O Projecto BioRia.....	55
3.2.1. O Baixo Vouga Lagunar	60
3.2.2. A Ria de Aveiro.....	62
CAPÍTULO 4 – O PROJECTO	65
4. O Projecto.....	67
4.1. Desenvolvimento do Estágio	68
4.1.2. Atendimento ao público no Centro de Interpretação Ambiental (CIA)	70
4.1.2.1. Visita de membros da Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares (APN) ao Percurso de Salreu....	72
4.1.3. Parcerias do BioRia	74
4.1.4. Formação no Instituto Nacional de Reabilitação (INR)	76
4.1.5. Proposta de actividades para crianças do Pré-escolar no Centro de Interpretação de Salreu	78
4.1.6. Visita ao Município da Batalha.....	80

4.1.7. Candidatura à 7ª Edição dos Prémios Turismo de Portugal	83
4.1.8. Reflexão do estágio	85
4.2. A Investigação-acção	86
4.2.1. Análise dos resultados estatísticos dos questionários de Verão	87
4.2.1.1. Reflexão sobre a aplicação/modelo do questionário de Verão	88
4.2.1.2 Resultados estatísticos dos inquéritos de Verão	89
4.2.1.2.1. Caracterização dos visitantes	89
4.2.1.2.2. Opinião dos inquiridos sobre o Projecto BioRia	90
4.2.1.2.3. Desenvolvimento Local	90
4.2.1.2.4. Críticas, observações e sugestões dos visitantes	91
4.2.2. Estatística – o novo perfil dos visitantes do BioRia.....	92
4.2.2.1. Recomendações para o Projecto BioRia baseadas da análise estatística	96
4.2.3. Propostas para o Projecto BioRia.....	97
4.2.3.1. Propostas para a melhoria das acessibilidades do Projecto BioRia	97

4.2.3.2. O percurso de Salreu.....	100
4.2.3.3. O percurso Rio Jardim.....	102
4.2.3.4. Projectão das adaptações dos percursos.....	104
4.2.3.5. O Veículo Eléctrico	108
4.2.3.2.Propostas de melhoria dos meios de comunicação do BioRia.....	110
4.2.3.3.Propostas de promoção do Projeto BioRia na região	111
4.2.3.4.Novo público potencial	112
CONCLUSÕES	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119
ANEXOS	125
ANEXO I - FOTOGRAFIAS DA VISITA DA APN (ver CD)...	127
ANEXO II – RESULTADOS DOS INQUÉRITOS – 2011 (ver CD)	129
ANEXO III - PROPOSTAS DE INSTITUIÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESTARREJA PARA POTENCIAIS VISITANTES DE TURISMO ACESSÍVEL	131
ANEXO IV – CANDIDATURA À 7ª EDICÇÃO DOS PRÉMIOS DE TURISMO (ver CD).....	138

SUMÁRIO DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Município de Estarreja	47
Ilustração 2: vista panorâmica da Ria de Aveiro.....	63
Ilustração 3: vista panorâmica do Baixo Vouga Lagunar	61
Ilustração 4: vista panorâmica dos percursos do BioRia.....	57
Ilustração 5: Percurso Salreu.....	100
Ilustração 6: Extensão privilegiada para requalificação, no Percurso de Salreu.....	101
Ilustração 7: Percurso do Rio Jardim	102
Ilustração 8: extensão a ser requalificada do Percurso do Rio Jardim	103
Ilustração 9: Adaptação para o veículo eléctrico	109

ABREVIATURAS

APN: Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares

CIA: Centro de Interpretação Ambiental

DL: Desenvolvimento Local

DLS: Desenvolvimento Local Sustentável

TA: Turismo Acessível

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Local é um *processo endógeno*, geralmente assente em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida* das populações. Neste sentido, representa uma transformação nas bases económicas e na organização social ao nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. (Carvalho 2009)

No que se refere a regiões interiores ou populações mais reduzidas torna-se importante que o Desenvolvimento Local seja encarado com um processo prioritário a ter em conta nos sectores avaliados como sendo os mais carenciados. A Sustentabilidade é um factor para o sucesso do Desenvolvimento Local. É um conceito que traduz a capacidade de autonomia e uso de recursos disponíveis de forma controlada e reflectida. Assim pode-se dizer que uma região sustentável sabe usar os recursos que tem ao seu dispor de forma racional, contribuindo para o maior sucesso do processo de Desenvolvimento, ou seja um Desenvolvimento Local Sustentável.

Para que estes conceitos se verifiquem de forma eficiente é importante que se criem parcerias e projectos. Verifica-se possível, através da criação de um plano de desenvolvimento articulado com entidades/instituições.

O turismo é um agente importante para o Desenvolvimento Local Sustentável, uma vez que pode criar dinamismo nas regiões, em particular, o Turismo Acessível. É um sector a ter em consideração, pois tem um mercado em crescimento e ainda pouco explorado.

Quando se refere o termo Turismo Acessível fala-se não só acessibilidades físicas mas também económicas, apesar deste estudo se debruçar essencialmente nas acessibilidades físicas.

Um exemplo de um projecto que integra estes conceitos é o Projecto BioRia. É um projecto local integrado/apoiado pela Câmara Municipal de Estarreja, e com o auxílio económico de fundos comunitários. O BioRia tem aproximadamente 50km de extensão de percursos transitáveis. Incorpora interesses de natureza, de paisagem e ambientais. No início do Percurso de Salreu (percurso que surgiu primeiro), encontra-se o Centro de Interpretação Ambiental onde se desenvolvem várias actividades como Fotografia, desportos, birdwatching, workshops, formações, cursos e visitas guiadas.

É neste contexto que se desenvolve o presente trabalho, o qual está dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo está descrita a revisão de literatura onde, numa primeira parte são desenvolvidos os conceitos de Desenvolvimento Local Sustentável. Seguidamente surge o Turismo Acessível, onde é explorado o próprio conceito, sendo exploradas as variadas necessidades especiais, e a ligação do Turismo Acessível em meios de Natureza, com o Desenvolvimento Local Sustentável. Por fim são apresentados projectos e iniciativas de Turismo Acessível e Desenvolvimento Local Sustentável.

O segundo capítulo diz respeito aos objectivos e metodologias deste trabalho. É apresentada a investigação, e são enunciados os vários objectivos do estágio e da investigação, respectivamente. Finalmente são apresentadas as metodologias utilizadas no trabalho, como a

questão de partida, as questões orientadoras e os instrumentos de recolha e tratamento de dados usados.

No capítulo terceiro é apresentada a contextualização do Município de Estarreja, a nível de geografia, demografia e contexto socioeconómico, as acessibilidades físicas do Município para pessoas com necessidades especiais. Também é apresentado o Projecto BioRia e onde se insere.

No capítulo quatro é desenvolvida a descrição do estágio e da investigação-acção decorrentes do estudo. Nele estão descritas experiências de trabalho a nível de estágio, que decorreu em primeiro plano, e da investigação-acção que decorreu em paralelo com o estágio e onde se apresenta um conjunto de propostas para o Projecto BioRia.

Por fim, apresentam-se as conclusões do trabalho decorrente do estágio e da investigação.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Desenvolvimento Local Sustentável

O desenvolvimento é um processo contínuo e não algo que deve ser encarado como adquirido e permanente, sendo um trabalho social com mudanças, identidades próprias, problemas em mutação com objectivos definidos a ser atingidos e que podem ser alterados ao longo do tempo conforme as prioridades.

“O desenvolvimento não é portanto um dom adquirido por certos países, regiões ou grupos sociais, definitivo e acabado, mas sim uma construção social sujeita a mudança, conflitos, compromissos, diferentes representações políticas e culturais, que podem conduzir num ou noutra sentido” (Veiga, 2005)

O desenvolvimento não é algo instantâneo, mas que se constrói diária e continuamente para melhor prever as suas consequências. E para que isso seja possível é necessário que os países desenvolvidos alterem os seus sistemas e conheçam as necessidades existentes (Mayor, 2001).

O nascimento do conceito de desenvolvimento surgiu após a II Guerra Mundial, e começou por ser associado ao crescimento económico e só décadas depois surgiram outras preocupações, como as preocupações ambientais com a possibilidade de esgotamento de recursos, e as preocupações sociais.

Assim, o conceito de desenvolvimento foi sofrendo alterações do longo do tempo associado a dois paradigmas diferentes. Primeiramente, como referido acima, o crescimento económico foi

associado ao desenvolvimento no que era denominado de Paradigma Funcionalista, o qual, para além de privilegiar a vertente económica não tem em conta a especificidade de cada território e que contribuiu para a criação de desigualdades entre países e entre regiões dentro de cada país. A partir da década de 70, do século XX, o desenvolvimento passou a incorporar outras vertentes como a sociedade, o ambiente, a sustentabilidade e a política, dando futuramente realidade a novos conceitos como o Desenvolvimento Local Sustentável, integrado na perspectiva de um novo paradigma, o Paradigma Territorialista.

Esta situação também se deveu ao facto de se utilizarem indicadores de crescimento económicos para aferir o nível de desenvolvimento dos países. (Amaro, 2003).

Ainda segundo Amaro 2003, referindo Hiks 1942:

“Esta ligação íntima entre os dois conceitos, por vezes tornados sinónimos, leve como principais consequências: considerar-se frequentemente o crescimento económico (enquanto processo contínuo de aumento da produção de bens e serviços) como a condição necessária suficiente («sine qua non») do desenvolvimento, de que dependiam as melhorias de bem-estar da população, a todos os outros níveis (...); utilizar-se sistematicamente, como já foi referido, os indicadores de crescimento económico, e em particular o nível de rendimento per capita, para classificar os países em termos de desenvolvimento (Amaro, p. 48, 2003)

Das duas consequências acima citadas, a primeira referia que o crescimento económico levava a um melhor nível de vida e bem-estar

e a outra consequência apontava que os indicadores de crescimento económico, como o rendimento per capita, indica o nível de desenvolvimento de cada país. Também se preconizava que com o crescimento, numa lógica de desenvolvimento, acabar-se-ia com os países denominados de Terceiro Mundo. Tal facto não se verificou, pois este paradigma funcionalista previa que as desigualdades de rendimentos regionais não se notariam com os efeitos de difusão, numa troca económica entre grupos económicos mais avançados tecnologicamente com os mais artesanais. Mas tal não se viria a verificar.

“Admitia-se que se pudesse agravar as desigualdades de rendimento entre as regiões, sectores ou grupos sociais, contudo, esses desequilíbrios seriam ultrapassados pelos efeitos de difusão (trickle down), em sentido inverso, do sector moderno para o tradicional que se verificariam nas fases subsequentes do processo de crescimento económico.” (Veiga, 2005)

Esta troca de bens económicos que levaria à homogeneidade de desenvolvimento é chamada de desenvolvimento de “cima para baixo”, que também pode acontecer das zonas mais litorais desenvolvidas para o interior. A visão economicista dos anos 50 e 60 provocou um atraso da noção de desenvolvimento do bem-estar bem como das componentes ecológicas (Chaves, 1994; Amaro 1998). Esta concepção do desenvolvimento verificou-se até ao fim dos anos 60, e só no início dos anos 70 se pôs em causa a inesgotabilidade dos recursos utilizados.

Com efeito, a partir da década de 70, este modelo de desenvolvimento evidenciou-se como um fracasso e acabou por ser desacreditado, o que levou a uma nova reflexão sobre o conceito. (Amaro, 2001; Veiga, 2005) Verificando-se à incapacidade do crescimento económico na satisfação das necessidades básicas das populações envolvidas nos processos de desenvolvimento e a resultados como a gradual e irreversível degradação do ambiente, a marginalização de grupos sociais e o problema do mal-estar na abundância, conduz a uma crise do paradigma funcionalista e ao surgimento de um novo paradigma, o paradigma territorialista. A participação das pessoas revela-se como condição para o sucesso das políticas definidas.

“(...) a perspectiva territorialista veio colmatar uma grande lacuna do paradigma anterior ao conferir aos actores locais o desempenho de uma papel fundamental nas estratégias de desenvolvimento, nomeadamente ao incentivar e motivar desde o seu início a participação das populações implicadas, quer através das propostas de acção quer através da definição de objectivos a alcançar, formando, dessa forma, as populações “cúmplices” das iniciativas levadas a efeito e aumentando em consequência as possibilidades de sucesso”. (Mergulhão, 1997, pp. 148-149).

Assim, numa perspectiva territorialista, o desenvolvimento vai para além do crescimento económico, alargando os seus horizontes para os níveis sociais ambiental e político. A especificidade, aos vários níveis, de cada região é tida em conta, valorizando os recursos endógenos e as características, culturais, sociais e ambientais de cada

comunidade constituindo-se estas como a base do processo de desenvolvimento. A comunidade é envolvida e levada a participar activamente nesse desenvolvimento, contribuindo assim para a melhoria das suas condições de vida. (Mergulhão, 1997).

Neste sentido emerge, como alternativa ao modelo clássico, o conceito de desenvolvimento local que, segundo Rogério Amaro é um processo de transformação e de mudança, “é o desenvolvimento a partir das regiões, das comunidades e dos grupos mais desfavorecidos” (Amaro, 2001, p. 162). O termo local contextualiza-se dentro do espaço físico no qual os indivíduos se relacionam e gerem os recursos aí existentes e não com as definições geográficas ou autárquicas. Segundo José Reis, “representa as linhas finas dos contextos de vida e de sociabilidade do homem” (Reis, 1994, p. 3)

A conferência de Estocolmo, realizada em Junho de 1972, foi o primeiro grande evento sobre meio ambiente a nível mundial onde pela primeira vez se debateu as relações de Homem e Meio Ambiente. Seguiu-se posteriormente o Relatório de Brundtland (1987) com a noção de desenvolvimento sustentável, de onde surgiu mais tarde a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida também como ECO-92, Cimeira do Rio ou Cimeira da Terra. Desta conferência viria a surgir a Agenda 21 Local com o intuito de criar legislação e mecanismos para promover o DL dando soluções a problemáticas existentes.

Segundo Chaves (1994), o conceito de ecodesenvolvimento surgiu pela primeira vez em 1973 por F. Strong, na reunião da UNEP

(United Nations Environment Programme). Este conceito tinha vectores específicos para a estabilização do crescimento populacional, a protecção contra a erosão, reflorestação, reciclagem, conservação de energia e maior aplicação de energia renovável. No fundo este conceito pretende preservar os recursos que a Natureza oferece para dela tirar o maior proveito sem que haja prejuízo actual e futuro.

O conceito de sustentabilidade é importante nas diversas áreas relacionadas com o desenvolvimento. O Desenvolvimento Sustentável, segundo o Relatório de Brundtland, é aquele que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer as necessidades futuras (Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento, 1991). Torna-se, assim, evidente que uma boa gestão dos recursos a todo o momento terá impacto positivo nos recursos que estarão disponíveis no futuro. O ambiente passa a ter mais importância, tal como os conceitos de ecodesenvolvimento e de sustentabilidade. A natureza deixa de ser uma fonte inesgotável de recursos e passa a ser protegida e a fazer parte do território em que está inserido.

“O ambiente passou a ser tomado como um quadro físico de vida das populações” (Veiga, 2005).

Este tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, tem várias vertentes subjacentes, sendo elas, o desenvolvimento económico, a protecção ambiental, a vertente social, e por fim, a vertente institucional (Carvalho, 2009). Sendo que existem factores que podem comprometer tanto a Sustentabilidade como o Desenvolvimento.

“O crescimento das actividades económicas e da população, nos níveis e padrões de consumo actuais, tendem a degradar e destruir o meio ambiente e recursos naturais, levando, no futuro, a um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e a um comprometimento da qualidade de vida da população” (Carvalho, 2009, p. 80).

O DL é um processo endógeno, geralmente em pequenas unidades territoriais, impulsionando o dinamismo e a melhoria da qualidade de vida das populações (Carvalho, 2009). Nestes termos, este conceito, está perfeitamente enquadrado no paradigma territorialista. O DL ainda representa a produção de bens públicos (Reis, 1998), porque apesar do conceito ter evoluído desde a década de 70, a economia ainda se gere pelo lucro/crescimento económico e pela criação de bens, sendo possível ver essa realidade das economias municipais, por exemplo.

“Há, inquestionavelmente, um sentido de produção de bens públicos que procuram a sua razão de ser nas capacidades e nos objectivos locais. Mas também é notório que a relação do Estado com as comunidades e os actores locais é muito mais complexa do que porventura será noutros países” (Reis, 1998)

Também representa valorização dos meios, bem como aumento da qualidade de vida. Existe uma ligação entre o estado e a sociedade civil, sendo que O paradigma territorialista pressupõe que o desenvolvimento acontece de “baixo para cima”, ou seja, das regiões mais interiores e isoladas para o exterior, e não o oposto. Se bem que

se podem levantar questões económicas como a dependência do exterior. Para que o DL aconteça desta forma são essenciais a existência dos três pilares da política regional (Veiga, 2005) em que o primeiro trata do papel dos incentivos a empresas e a realização de infraestruturas, o segundo ressalva a importância da mobilidade como um meio de melhor distribuição de riqueza e por fim a abordagem de focos de crescimento, revelando a importância da descentralização para uma melhor distribuição de bens. São três pilares importante para que o DL seja uma realidade em variadas regiões e não apenas dos centros sobre desenvolvidos.

Também é importante, no DL, a existência de técnicos qualificados, planeamento de projecto, gestão e avaliação do processo (Cabeças, 1998). Estes factores, em consonância, ditam o sucesso para o DL. Contudo, também existem bloqueadores do DL em meios rurais (Azevedo, 1993), sendo eles: os serviços disponíveis, e a sua fragmentação, os níveis de competência e baixos níveis de desconcentração.

O DL tem uma perspectiva local, de valorizar o que é mais tradicional nas regiões, envolvendo os agentes locais neste processo, potenciando o crescimento de recursos endógenos (Carvalho, 2009).

O desenvolvimento, a uma escala global, traz benefícios para as populações, promovendo-as e valorizando-as. Portanto, pode-se dizer que o desenvolvimento a uma escala local, ou seja o DL, é um factor de competitividade. Campanhola e Silva (2000) reforçam esta premissa ao referirem que o ajuste de escalas globais, a escalas locais, traz vantagens no espaço e nos actores sociais.

O DL tem potencialidade, como por exemplo, a maior aproximação dos problemas das comunidades, o contacto directo, a interajuda e a troca de ideias (Amaro, 1998). Se bem que mais podiam ser inumerados este parecem já ilustrar o impacto que o DL tem em cada comunidade, localidade ou região.

Para que o DL seja uma realidade é necessária a existência de vários elementos que o compõem (Amaro, 2001). É necessário que haja mudança e transformação, não só a nível das regiões como das leis e políticas. O DL deve ser centrado nas comunidades, num sentido de identidade para que nelas possam ser resolvidos os principais conflitos e dificuldades, sempre numa lógica integrada. Parte dessas dificuldades sentidas para lhes dar resposta dando maior qualidade de vida à comunidade, articulando os recursos exógenos com os endógenos num intuito de criar harmonia mútua.

Para Carvalho (2009) um processo para ser sustentável deve aumentar oportunidades nos diversos sectores locais, para aumentar as riquezas e os rendimentos, conservando os recursos a par e passo. O DL torna-se Sustentável quando aproveita as potencialidades locais para se emancipar, tornando-se DLS. DLS passa por incorporar valores, assegurando a sua continuidade no futuro, na melhoria da qualidade de vida das populações, economia e conservação do meio ambiente (Carvalho, 2009). É importante a criação de planos de desenvolvimento articulados com entidades públicas, publico-privadas e privadas para que a coordenação seja um factor positivo de desenvolvimento de um região e não apenas de um sector de uma região.

“Assim, o desenvolvimento local sustentável surge como o processo de mudança social e aumento das oportunidades da sociedade (...)” (Carvalho, 2009, p. 84).

No DLS é fundamental o interesse dos actores locais como o apoio político, para haver segurança duradoura, daí as parcerias desenvolvidas serem uma boa opção de interajuda para criar contrapartidas positivas entre entidades. O partenariado tem, assim, uma grande importância para a sustentabilidade do DL. O maior envolvimento das instituições locais para a resolução de problemas; a promoção da aproximação de entidades; maiores e melhores resultados; e maior mobilização de forças locais e das comunidades, são vantagens do partenariado (Azevedo, 1993). Este tipo de relação carece de ser revisto com regularidade, sendo gerador de flexibilidade das medidas tomadas e dos acordos feitos, trabalhando todos os actores em consonância no processo de desenvolvimento.

“É certo que é a nível local que cada vez mais temos que ir construindo uma rede formal de parcerias activas que criem ambientes favoráveis ao desenvolvimento individual e colectivo (...)” (Cabeças, 1998).

A sustentabilidade, pode, assim, ser entendida como a capacidade de algo se auto-sustentar de forma duradoura e com equidade, incorporando vários princípios que a definem para que se possa concretizar. Segundo Rodrigues (2009) os princípios da sustentabilidade são: justiça, democracia, precaução, integração, utilizador-responsável e subsidiariedade. Para que estes princípios estejam presentes são necessárias medidas políticas. Este conceito

pode ser traduzido por boas políticas ambientais e sociais, e que essas mesmas políticas influenciam a sustentabilidade das regiões. A sustentabilidade tornou-se importante para questões ambientais e na gestão de criação de prioridades sociais no desenvolvimento económico (Veiga, 2005).

1.2. Turismo Acessível

1.2.1. Tipos de Necessidades Especiais

A Coordenação da Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes (CNAD) (2007) considera os seguintes tipos de necessidades especiais: visual, auditiva, de mobilidade e de aprendizagem. A necessidade especial visual pode incluir doenças que levam à cegueira ou a dificuldades agravadas de ver normalmente. Esclarece que pessoas com necessidade especial auditiva podem aprender leitura labial ou língua gestual, usar próteses auditivas, e tudo isto favorece a comunicação. A necessidade especial de ordem física mais comum reside na redução de mobilidade, na ordem geral, segundo a Coordenação da CNAD (2007). Existem vários tipos de cadeiras de rodas como manuais ou eléctricas. Por fim existem necessidades especiais ou dificuldade de aprendizagem que pode não ter cura, permanente ou irreversível.

Neste contexto existem vários tipos de pessoas que são um potencial público que pretendem usufruir de Turismo Acessível (TA), sendo alguns deles: pessoas com necessidades especiais físicas (como

necessidades especiais), ou mentais, doenças crónicas, mulheres grávidas, pessoas que transportem bagagens, grupos de crianças e idosos. (Espírito Santo, 2009). Segundo Queiroz (2009) existem pessoas em cadeira de rodas autónomas; pessoas em cadeira de rodas autónomas dependentes; indivíduos com necessidades especiais de mobilidade, temporária ou permanente; invisuais ou com visão condicionada, necessidades especiais auditivas (total ou parcial) e de compreensão. Vários outros autores como Silva (2009), Devile (2009) e Fontes e Monteiro (2009) também definem a mobilidade reduzida como temporária ou permanente. Com isto pode-se pensar que toda a população é potencial público deste turismo, porque ao longo da vida tem condições diferentes de saúde ou de movimentação. Este público pode abranger tanto pessoas com alguma condicionante de saúde como simplesmente pessoas que se encontrem numa situação pontual. Isto é, em fases transitórias da vida podemos ter mobilidade reduzida se formos acidentados ou transportarmos um carro de bebé, ou ser uma condicionante permanente como uma doença crónica.

1.2.2. O Turismo Acessível

O turismo é um factor com grande importância na economia dos países. Sendo que todos os agentes turísticos têm o dever de salvaguardar o ambiente e os recursos naturais favorecendo o crescimento económico (Organização Mundial de Turismo, 1999). O turismo deve ser correctamente direccionado para favorecer o que cada região de forma a preservar os recursos raros existentes, como ecossistemas e a biodiversidade, sendo que este tipo de actividade

deve ter limites e regras específicas em ambientes mais vulneráveis. A actividade turística também é geradora de sustentabilidade, através da criação de políticas de preservação e transmissão para as gerações futuras (Organização Mundial de Saúde, 1999).

O TA tem como filosofia criar acessibilidades para que o turismo seja uma realidade viável para todos os cidadãos.

“O ‘turismo acessível’ reconhece que qualquer pessoa deve poder usar os equipamentos e serviços turísticos que são necessários proporcionar para uma oferta de serviços e actividades orientadas para os gostos e preferências de pessoas que tenham um conjunto de limitações a que podem corresponder necessidades e exigências diferentes de outros segmentos da procura.” (Devile, 2009a, p. 39-40).

O TA parte das necessidades de quem usufrui dele e das ofertas que estão em vigor, visto que todas as pessoas, independentemente das necessidades especiais que tenham, têm os mesmos desejos (Fontes e Monteiro, 2009). Apesar das limitações existentes é importante levar em consideração que todas as pessoas têm necessidades diferentes, e os destinos turísticos deveriam poder responder a essas mesmas necessidades. A isso se chama de Turismo Acessível, responder às necessidades de cada um, em meio turístico neste caso, respondendo de forma eficaz aos problemas encontrados, que a nível de barreiras físicas como psicológicas ou mentais. E quando se trata de TA não é apenas responder a problemas de barreiras físicas. O turismo deve ser um direito para todos com base na igualdade, neste caso, devendo ser

encorajado e facilitado, quer a famílias, jovens, estudantes, pessoas idosas ou com necessidades especiais diversas (Organização Mundial de Turismo, 1999).

Existem dados que comprovam o aumento do potencial e exponencial do público para o TA nos tempos de hoje e no futuro. Segundo alguns estudos verificou-se que o turismo acessível tem um potencial de crescimento de público na ordem de mil milhões de pessoas. Segundo o Estudo da World Health Organization (WHO) (2007, citado por Devile, 2009b) existirão em 2020 cerca de 1,2 mil milhões de pessoas acima dos 60 anos. Esta situação referida, dever-se-á ao aumento do rendimento das pessoas e ao avanço tecnológico. Saliente-se que em regra as pessoas com mobilidade reduzida não costumam viajar sozinhas, mas com um acompanhante e/ou famílias, criando um efeito multiplicador (Devile, 2009b). Em termos económicos, e considerando as condições anteriores, o lucro poderá ser de 2,5 a 4,8 mil milhões de euros num ambiente turístico acessível, apenas no mercado alemão. Será possível extrapolar o lucro que se poderia gerar a nível mundial se mais países criassem este ambiente (BMW, 2004, citado por Devile, 2009a). Ou seja, podemos antever que o mercado de TA têm um grande potencial, uma vez que o turismo gera uma grande movimentação das economias, com grande impacto principalmente em zonas mais isoladas, com aldeias rurais do interior (como o caso de Portugal) ou de comércio/turismo sazonal (como na região do Algarve).

Quanto mais o destino é especializado, mais competição cria com os territórios vizinhos. Segundo Devile (2009a) um destino mais

acessível altera a competitividade do destino aumentando o leque de potenciais visitantes”. Também, quanto maiores forem as opções de escolhas turísticas maior será a concorrência gerada entre nichos de mercados (Kastenholz, Carvalho, Pinho e Azevedo, 2009). Assim, estão-se a criar condições especiais de competitividade e diferenciação. Balançar interesses turísticos e locais é essencial para que o DLS seja uma realidade (Fontes e Monteiro, 2009). A competitividade, especialmente no que toca à temática de TA aqui apresentada, gera mudanças que podem ser vantajosas. Vantagem para quem recebe público, pois vai poder satisfazer na medida dos possíveis as necessidades dos visitantes, como para os visitantes que vão sentir que são bem recebidos e que vão ter respostas para as suas necessidades especiais, podendo tornar-se fiel a destinos que lhes foram mais confortáveis.

Com isto não se pode concluir que o turismo dite directamente o desenvolvimento, mas que tem potenciais factores que podem contribuir.

“(...) acredito no turismo, não como uma bandeira para o desenvolvimento, mas, como um potencial motor e veículo para o desenvolvimento, que se quer integrado e valorativo dos componentes essenciais à sua construção equilibrada de um território: a sua população, o seu património (cultural e natural), e a sua economia” (Burnay, 2006, p. 1667).

O turismo pode ser, portanto, uma via para o DL valorizando o que cada região têm de melhor e movimentando as economias locais.

1.2.3. Turismo Acessível na Natureza e Desenvolvimento Local Sustentável

O Turismo de Natureza torna-se sustentável quando assenta em premissas que respeitam os valores socioeconómicos e ambientais, bem como os sectores que influenciam directa e indirectamente cada região, tal como quem nela habita. Ao falar de turismo em meio de natureza pode-se falar das várias vantagens, que podem ser sociais, económicas ou culturais. O Turismo de Natureza assenta em princípios claros: deve fazer com que as pessoas interiorizem os valores de natureza e de biodiversidade bem como das culturas locais e ter contacto com a natureza (Burnay, 2006). O turismo de natureza e o ecoturismo valorizam especialmente o património sempre que respeitem o ambiente. Actualmente, com a população urbana em expansão, o meio rural e natural passam a ser meios privilegiados em vários sentidos. Pode-se referir que os meios mais naturais são óptimos para o contacto com a natureza, para a promoção da conservação do meio ambiente, para o incentivar do exercício físico e para a preservação de todo o património existente, podendo ele ser rural ou natural (Queiroz, 2009). Cada vez mais estes espaços são procurados com um intuito de lazer, desportivo e para diversas actividades compatíveis com esse meio. Além disso cria-se um potencial de mercado que não deve ser desvalorizado, que gere nichos de mercados com relevância a nível internacional (Burnay, 2006).

Segundo Burnay (2006) existem marcos considerados importantes para esta temática: 2000 foi o Ano Internacional do Ecoturismo com a

declaração de Alcanena; em 1998 a criação de um protocolo entre as Secretarias de Estado do Ambiente e do Turismo; a concepção de um quadro legal para o Turismo de Natureza; incentivos para projectos relacionados com o Turismo de Natureza e projectos da sua sustentabilidade; a criação de um Programa de Turismo pelas tutelas do Ambiente e do Turismo em 12 de Março de 1998, e o Programa Nacional de Turismo de Natureza criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112, de 25 de Agosto. São apenas algumas iniciativas que tiveram um forte impacto na forma como o Turismo de Natureza/Ecoturismo foram evoluindo até à actualidade. Estes programas, protocolos, incentivos e leis são importantes para a evolução da temática e a criação os espaços de natureza sejam protegidos e ao mesmo tempo possam desenvolver actividades a eles associados. Estas leis são promotoras de uma mudança de estilo de vida mais saudável por parte da população residente, e uma atracção para os turistas. São também vantajosas para quem procura o contacto com a natureza, a ruralidade e locais ricos de identidade (Burnay, 2006). As leis têm como função não só regulamentar a utilização dos espaços mas também dar conforto e segurança a quem os frequenta, criando um sistemas de harmonia entre o Homem e a Natureza.

Contudo estas leis ainda não regulamentam a adaptação dos espaços para serem acessíveis a todos em meios naturais, visto que o Decreto-Lei n.º 123/97 de 22 de Maio apresenta soluções para espaços maioritariamente urbanos (Espírito Santo, 2009).

Os meios são passíveis de serem adaptados, e existem leis que regulamentam essas adaptações, contudo para os meios de natureza

ainda não existe legislação, o que pode levar a controvérsias e a efeitos negativos nessas áreas ou a perda de uma economia emergente. São grandes os constrangimentos que podem fazer com que bons projectos não tenham o fim esperado ou nunca cheguem mesmo a acontecer (Burnay, 2006).

O Turismo de Natureza deve ser acessível para todos e na adaptação destes espaços devem ter-se em conta vários aspectos: o terreno, o impacto tanto ambiental como paisagístico, as parcerias que possam ser estabelecidas, os custos e o público-alvo. Segundo Queiroz (2009), estes são aspectos fundamentais para que seja feita uma acessibilidade em meio natural. É importante que os espaços sejam acessíveis desde que se tenha em conta todas as vertentes dessas acessibilidades. Espírito Santo (2009) também dá o seu contributo em critérios fundamentais a reflectir numa adaptação de percursos na natureza, utilizando o exemplo na iniciativa Natureza para Todos. As propostas de critérios são: um projecto integral de acessibilidade de espaços na natureza; deve-se evitar o uso de maquinaria pesada, ou o seu uso frequente, para evitar ao máximo o impacto causado; minimizar os riscos de acidentes em locais propícios a essas ocorrências; o local deve ter motivos de interesse suficientes, fortes ou vastos para atrair público; tornar os percursos acessíveis em toda a sua extensão; criar vários tipos de acessibilidades e níveis de acessibilidade; preservar a estética e os valores ambientais; evitar a sobre-construção de modo a respeitar o meio envolvente. Estes aspectos podem ser alcançados facilmente, como por exemplo para invisuais, com a implementação de guias simplesmente em madeira ou pintadas em verde, por exemplo, para estar em harmonia com o

envolvente, e com placares escrito em Braille, estrategicamente colocados. Estas são características também são importante para o desenvolvimento do que se denomina de Turismo Sustentável. Segundo Burnay (2006), para que o Turismo Sustentável se desenvolva deve existir: vontade política, leis existentes e adequadas, recursos e incentivos financeiros, investidores formados, autenticar e monitorizar os produtos e destinos, empenho das entidades locais, território estimado, planeamento urbanístico adequado e paisagem atractiva.

Questões podem ser levantadas no que diz respeito à concretização de todos os critérios aqui referidos. Expõe-se aqui apenas um exemplo: Queiroz (2009) defende que as adaptações devem ser ricas em cores, devendo deste modo ter um contraste com o meio envolvente para pessoas com visão reduzida. O impacto visual causado das adaptações, tal como os custos associados a estas adaptações são tema forte de discussão, sendo que cada um tem a sua fundamentação e filosofia de projecto.

Todos os aspectos são essenciais para serem debatidos, e podemos encontrar soluções já existentes nas zonas urbanizadas que possam servir de solução para os locais a adaptar, ou até mesmo trocas de ideias que possam ser importantes para o desenvolver destes projectos.

“Muitas dessas soluções são importadas dos conceitos usados na acessibilidade urbana, adaptados obviamente para um

cenário mais exigente, principalmente em termos de impacto ambiental” (Queiroz, 2009, p. 163).

Existem critérios que são importantes para que os constrangimentos nesta matéria seja menos evidentes e as oportunidades prevaleçam. Burnay (2006), propõe medidas para que estes projectos gerem geradores de receitas e ao mesmo tempo respeitem o estado da Natureza:

“(…) repensar o seu território e âmbito; os financiamentos e legislação; certificação do produto e destinos; as certificações e regulamentação das actividades; a revisão e flexibilização de tipologias de alojamento e da restauração e critérios de qualidade.” (Burnay, 2006, p.173).

A autenticação de produtos e destinos, em particular, são essenciais para a credibilidade desta temática, garantindo a qualidade dos destinos e satisfação de quem visita os destinos ou reside em locais certificados.

“A certificação e a regulamentação do turismo de natureza são ferramentas essenciais para consolidar esta oferta e dignificar os profissionais que a desenvolvem, bem como para garantir aos turistas, a qualidade do produto e dos locais que procuram, quer em termos ambientais quer culturais.” (Burnay, 2006, p.174).

A certificação torna-se importante para todos os actores envolvidos, para as localidades, para os produtos, para os visitantes e residentes e os profissionais que trabalhem nestas áreas.

1.3. Projectos e Iniciativas de Turismo Acessível e Desenvolvimento Local Sustentável

O DL é fundamental para as localidades, principalmente para aquelas que são mais isoladas e têm necessidade de se reafirmar. Para o sucesso do DL é fulcral que se crie sustentabilidade, pois sem ela os projectos em prática não têm futuro, ou pelo menos ficam comprometidos. O turismo, assente em boas práticas, é um factor importante para o DLS, uma vez que cria dinamismo nas regiões sendo um criador de receitas. Em particular o Turismo Acessível é uma mais-valia significativa, sendo importante que as regiões lhe dêem atenção, pois é um mercado e um sector que está em crescimento. Também a acessibilidade de um destino é, ou deve ser, encarado como um factor de competitividade entre as regiões, e de criação de receitas.

Passa-se agora a dar exemplo de projectos e exemplo de boas práticas no nosso país, para uma visão geral das iniciativas que já existem. Pode-se falar dos Projectos, “Natureza para Todos,” “Rotas sem Barreiras”, e “Praia Acessível, Praia Para Todos”, a empresa de Turismo Acessível “Accessible Portugal”. Existem o caso do municípios de Sever do Vouga, que está a desenvolver um Plano de Promoção de Acessibilidade, através do POPH (Programa Operacional de Potencial Humano) apoiado em fundos comunitários que têm vindo a tomar iniciativas que o torna cada vez mais acessíveis. Outro exemplo será o Município da Lousã com pequenas iniciativas com apoio de agentes institucionais, onde foram desenvolvidas várias iniciativas e projectos, onde podemos enquadrar

o projecto da rede das Aldeias de Xisto e a aldeia histórica de Marialva.

O projecto “Natureza para Todos” pretende que o Turismo de Natureza seja acessível a todo o tipo de públicos. Para que isso aconteça estabeleceram-se metas de implementação. Segundo Espírito Santo (2009) as metas foram, em primeiro lugar, definir um padrão de intervenção nas áreas com o intuito de criar acessos mas sem nunca interferir com normas; seguidamente criar padrões de acessibilidade universal, onde essas intervenções se justifiquem; e por fim, criar estruturas de apoio como Centros de Interpretação, por exemplo.

“Rotas sem Barreiras” é um projecto que pretende criar um turismo acessível diminuindo as barreiras existentes a nível de linguagem e de acessos físicos (Devile, 2007). Surgiu numa parceria entre instituições portuguesas e espanholas para tornar as regiões do Centro e Baixo Alentejo e a região Extremenha de Tentudía e Olivenza zonas a intervir por esta causa. Este projecto teve o custo total de €272.656,37, sendo que teve o financiamento Programa de Iniciativa Comunitária Leader + (Feoga), da junta da Extremadura e do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Os objectivos principais foram: criar uma rota turística adaptada às necessidades da população com algum tipo de limitações, de promoção de igualdade, oferta turística e qualidade (Devile, 2007). Dentro destes três objectivos gerais definiram-se seis objectivos específicos: conhecer as necessidades reais do público portador de deficiência, analisar as acessibilidades das ofertas turísticas e recreativas disponíveis, eliminar ou minimizar as barreiras possíveis

existentes nas regiões do Alentejo e Extremadura espanhola, sensibilização dos actores locais que estivessem integrados no projecto e fomentar o conhecimento da realidade associativa promovendo o intercambio

Este projecto foi assente em quatro vectores de orientação. Em primeiro lugar foi feito um levantamento de informação dos recursos existentes históricos, culturais e naturais consoante a necessidade do público. Seguidamente, com esta informação recolhida, pretendeu-se adaptar as ofertas turísticas, criando melhores acessos e condições necessárias. Depois foi dada formação aos profissionais desta área e numa fase final criação de marketing para promover este novo produto.

O projecto “Praia Acessível, Praia Para Todos” nasceu para tornar real o artigo 51º do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, em que as praias devem-se tornar acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada. Este projeto surgiu em 2003, no “Ano Europeu das Pessoas com Deficiência” para criar melhores acessos para todos em zonas balneares. Segundo Devile (2007), os objectivos desta iniciativa são: tornar as praias portuguesas acessíveis a todos, sensibilizar a população para as necessidades das pessoas com mobilidades reduzida, dar a oportunidades de todos frequentarem diversas praias tanto marítimas como fluviais e mobilizar actores locais como autarquias e concessionários. As medidas para adaptação foram facilitar o acesso pedonal tanto em estacionamento reservado, como acesso às praias e aos serviços de apoio nelas existentes, passadeiras apropriadas até zonas de equipamentos ou de toldos,

instalações sanitárias adequadas e de fácil aceso, disponibilidade de uso de tiralôs e outros recursos auxiliares e serem praias seguras e vigiadas. De ano para ano têm aumentado o número de praias acessíveis, sendo que todas as que reúnam estas condições é lhes atribuídas a bandeira “Praia acessível”.

A empresa de Turismo Acessível “Accessible Portugal” tem por objectivo oferecer aos cidadãos, em especial com mobilidade reduzida, turismo adequado às necessidades de cada um, baseado numa base de dados extensa de informação turística. Segundo Joana Prates (citada por Devile, 2007) pretende-se ajudar quem necessita de condições específicas. A Accessible Portugal trabalha em território nacional podendo operar em períodos de vários dias ou em apenas meios-dias, em actividades turísticas ou eventos ligados à deficiência. Facultam técnicos profissionais para auxiliar na busca dos melhores destinos conforme as necessidades dos utilizadores, e também disponibilizam material de apoio solicitado durante o tempo pedido. Assim, esta empresa disponibiliza (tudo acessível): transporte para oito pessoas, alojamento, instalações sanitárias, guia ou monitor, locais turísticos, aluguer de equipamento de mobilidade, actividades adaptadas.

O Município da Lousã é um caso de como um Município se pode tornar acessível a partir de iniciativas e parcerias como uma base de desenvolvimento. Segundo Burnay (2006), a Lousã transpõe uma imagem de sustentabilidade ambiental, social e económica sendo uma referência de boas práticas. Segundo Devile (2006) é um Município dotado de diversas infra-estruturas de desportos, culturas e tradições

que torna-o num Município rico e experiências turísticas. Vai-se agora passar a explorar as potencialidades deste território. O projecto foi formalmente iniciado em Abril de 2007 na sequência do Congresso Nacional de Turismo Acessível na Lousã. Teve o apoio de agentes institucionais desde a localidade até fora de Portugal (Fontes e Monteiro, 2009). Os apoios, nomeando apenas alguns, foram de unidades hoteleiras e de restauração, unidades médicas e sociais, o Instituto Nacional para a Reabilitação, Associação para a Recuperação dos Cidadãos Inadaptados da Lousã, a Escola Superior de Educação de Coimbra, Accessible Portugal, entre outros. Todo este projecto começou efectivamente em 2004, com a Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade da Lousã “contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes com incapacidade” (Fontes e Monteiro, 2009, p. 67) tornando possível a iniciativa do Selo “Lousã Acessível”. Esta iniciativa pretende atribuir a locais do Município que tenham determinados requisitos de acessibilidades ter um selo que simbolize essa boa prática, tornam-se também num factor de competitividade local. Todo o projecto que pretendia tornar o Município da Lousã num destino acessível envolveu diversas entidades com pontos de trabalho a seguir passo-a-passo para que o projecto fosse bom sucedido. Assim, em primeiro lugar criou-se uma equipa de trabalho e começou por procurar parceiros para financiamento e cooperações. Segundo Fontes e Monteiro (2009) a RDPE (Desenvolvimento de Projectos Empresarias) ficou incumbida de criar um plano de desenvolvimento para o TA no Município. Em 2008, foi apresentado um estudo da equipa de trabalho com as condições reais do município em matérias

de acessibilidade. Depois de expor os pontos de partida aos parceiros económicos e sociais houve uma grande receptividade para o projecto e os apoios financeiros surgiram como de unidades hoteleiras e de restauração, a Direcção Regional da Economia do Centro, a Escola Superior de Educação de Coimbra entre outros. Após o projecto da RDPE ter todas as condições para ser iniciado, a Câmara Municipal assumiu a liderança para a operacionalização do projecto, segundo Fontes e Monteiro (2009), apoiado também pela Provedoria Municipal da Pessoas com Incapacidade do Município. Tiveram apoio económico fundamental para se lançarem neste projecto por parte do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e do Programa Operacional Valorização do Território (POVT). A Associação para a Recuperação dos Cidadãos Inadaptados da Lousã (ACRIL) esteve presente ao longo do projecto colaborando com actores locais para a eliminação de barreira físicas e de atitudes (Devile, 2007). Além disso passou a haver uma maior sensibilidade para esta temática no que diz respeito ao comércio e empresas locais tornando os contactos e requalificações dos espaços mais fáceis. Conclui-se que o que faz com que um projecto destes tenha este sucesso é o facto de ter apoio financeiros e sociais, entidades locais e exteriores ao projecto que pretendam colaborar e também a vontade política e dos residentes. Em termos práticos o que foi feito foram pequenas adaptações como por exemplo rampas nos locais públicos e adaptação dos espaços hoteleiros e de restauração aderentes, eliminando barreiras como degraus e adaptação de casas de banho para estarem prontas para receberem pessoas com mobilidade reduzida.

Um exemplo recente, também, de vontade política, é o do município de Sever do Vouga, que está a desenvolver um Plano de Promoção de Acessibilidade, financiado pelo POPH, para tornar este município acessível e móvel para todos. Conseguindo-se isso através de uma metodologia de trabalho que engloba estudos, participação, formação e governança, segundo Silva (2010), e segundo esta também, as melhorias pretendidas são em espaços públicos, edificações, transportes, informação e comunicação/design, e novas tecnologias de informação de informação e comunicação (infoacessibilidade). Começaram-se com trabalhos de sensibilização, comunicação e divulgação; fez-se a delimitação do território a intervir bem como um diagnóstico de intervenções; desenvolvendo um plano local de sítios exactos a requalificar; analisar transportes colectivos e as suas rotas, e criar locais com acessos a novas tecnologias para todos.

No âmbito da criação de um Turismo Sustentável, o “Programa das Aldeias de Xisto” (PAX) com a ajuda da “Base Territorial do Pinhal Interior” (BTPI), financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) tiveram por objectivo tornar aldeias típicas construídas com xisto uma realidade cultural. Foram seleccionadas 13 Municípios para o PAX: Penela, Miranda do Corvo, Figueiró dos Vinhos, Sertão, Vila de Rei, Lousã, Góis, Arganil, Pampilhosa da Serra, Oleiros, Fundão, Castelo Branco e Vila Velha de Ródão. Segundo Carvalho (2006) as três ideias principais orientadoras deste projecto são: valorizar as praias fluviais do território, criação do PAX e estabelecimento de uma rede de percursos, sendo que o aproveitar o potencial da região para o

promover. Ainda Carvalho (2006) para que o projecto seja executável é preciso pensar em quatro vectores de trabalho sendo eles infra-estruturas, qualificação de espaços públicos, imóveis públicos ou comunitários e imóveis particulares, sempre numa lógica de sustentabilidade. E essa sustentabilidade deve ter fundamentalmente em consideração o factor humano, a qualidade de vida e espaços públicos, o património, a economia local e o factor de escala. Segundo Ramos (2009), o sucesso do território do Pinhal Interior reside no aproveitamento dos recursos já existentes. Este projecto tem como objectivos promover a integração activa de cidadãos dotados de necessidades especiais, promover produtos locais e actividades tradicionais (Carvalho, 2006).

CAPÍTULO 2 – OBJECTIVOS E METODOLOGIAS

2. 1. Apresentação

O presente trabalho realiza-se num contexto de estágio, contudo apresenta também uma componente de investigação-acção em paralelo com o estágio.

“A realização de um estágio no 2º ano, numa linha de investigação-acção insere-se numa perspectiva profissionalizante que pretende responder aos desafios do mercado de forma integrada quer do ponto de vista da Educação de Adultos (CNO) quer do Desenvolvimento Local (ADL, Autarquias, ONG...).”¹

No que respeita à investigação-acção, esta, com base na literatura, pode descrever-se como uma metodologia de pesquisa assente em fundamentos pós positivistas que encara na investigação um processo de compreensão e na acção uma intenção de mudança. Ou seja, a investigação conduz a uma acção deliberada de *transformação da realidade*.

Existem dois tipos diferentes de investigação-acção (Mills, 2000, citado por Creswell, 2008), a investigação-acção prática e a investigação-acção participativa. Este segundo tipo de investigação é o que se aproxima mais do tipo de investigação feita neste trabalho.

Na investigação-acção prática são estudados problemas específicos numa pequena escala, num determinado público de um local e tem a desvantagem de, por vezes, quem estuda problemáticas nesta

¹ Apresentação do Mestrado de Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, in <http://www.esec.pt/pagina.php?id=154>

metodologia de investigação-acção, está demasiado envolvido na comunidade, têm falta de tempo para se dedicar à tese em estudo, e precisa de sere auxiliado numa equipa de trabalho.

Na investigação-acção participativa, sendo o tipo de investigação-acção mais próxima deste trabalho, incorpora uma metodologia preferencialmente qualitativa, se bem que também pode envolver em algum momento dados quantitativos. Pressupõe envolver as comunidades e resolver questões a elas ligadas.

A investigação-acção participativa tem o propósito de melhorar a qualidade de vida das comunidades e famílias (Stringer, 1999, citado por Creswell, 2008). Assenta numa base democrática e de participação no estudo bem como na tomada de decisões.

As características fundamentais deste tipo de investigação são seis: é um processo social que estuda a relação entre pessoas individuais e os outros; é uma forma de investigação participativa; é prática e colaborativa; ajuda os envolvidos a libertarem-se de preconceitos e desenvolverem uma maior determinação e confiança; ajuda a desenvolver mais competências a nível pessoal; e pretende trazer inovações às práticas (Kemmis e Wilkinson, 1998, citado por Creswell, 2008).

Em termos concretos de problemática, o presente trabalho assenta numa reflexão sobre as temáticas do Desenvolvimento Local Sustentável e do Turismo Acessível como suporte de uma análise prática do projecto BioRia onde estas duas temáticas se relacionam, no contexto de um projecto local que pretende ser sustentável e que

apresenta acessibilidades físicas para pessoas com necessidades especiais.

2.2. Objectivos

Este trabalho é composto por duas parte que se complementam: o estágio e a investigação-acção. Assim, foram criados objectivos individuais, para cada uma das partes, que se interligam.

Os objectivos do estágio são:

- Adquirir experiência e conhecimentos técnicos e específicos, em Turismo Acessível e Desenvolvimento Local Sustentável;
- Colaborar nas actividades do Projecto BioRia;
- Criar actividades para o Centro de Interpretação Ambiental (CIA);
- Adquirir experiências de metodologia de trabalho.

Para a investigação-acção os objectivos definidos são:

- Conhecer o Projecto BioRia;
- Criar um conjunto de propostas para o Projecto BioRia, para melhorar as acessibilidades e a sua promoção/divulgação, numa perspectiva sustentável.

2.3. Metodologia

A componente de investigação-acção utiliza uma metodologia qualitativa, suportada pelos instrumentos adiante descritos de forma

detalhada: questão de partida, questões orientadoras e instrumentos de recolha e tratamento de dados.

2.3.1. Questão de partida

Com o intuito de responder aos objectivos atrás descritos, para a investigação-acção, delineou-se a seguinte questão de partida:

De que forma o Projecto BioRia se enquadra numa perspectiva de Turismo Acessível, num contexto de Desenvolvimento Local Sustentável?

2.3.2. Questões orientadoras

Para operacionalizar a questão de partida e procurar dar resposta aos objectivos da investigação formularam-se um conjunto de questões orientadoras que a seguir se apresentam:

Quais as acessibilidades físicas dos percursos pedestres do Projecto BioRia?

De que forma os recursos locais são usados no Projecto BioRia?

Que tipos de parcerias existem no Projecto BioRia?

De que forma os meios de comunicação social usados pelo Projecto BioRia se tornam vantajosos?

Que tipo de público visita o projecto BioRia?

2.3.3. Instrumentos de recolha e tratamento de dados

A investigação-acção tem um carácter qualitativo e, como referido, complementa-se com o trabalho desenvolvido no estágio.

Mediante os objectivos traçados, foram definidos os instrumentos a serem utilizados: pesquisa e análise bibliográfica, e documental, e observação participante.

A pesquisa e análise bibliográfica foi o instrumento utilizado para a construção do corpo teórico da investigação dentro das temáticas de Desenvolvimento Local Sustentável e Turismo Acessível. Foi também usada para realizar a caracterização do contexto do trabalho, neste caso o Município de Estarreja e o Projecto BioRia.

No que concerne à pesquisa e análise documental, ao longo da investigação, foi o instrumento usado para aferir resultados estatísticos e analisar conclusões estatísticas. Foram analisados dados do Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente dos Censos 2001, e conclusões dos questionários de qualidade do Projecto BioRia, aplicados de Maio a Setembro de 2011. A informação recolhida através deste instrumento foi usada para a caracterização do contexto bem como em parte do projecto de investigação.

A observação participante foi um instrumento usado em contexto de investigação-acção e de estágio. Em investigação-acção permitiu a obtenção de informação conducente à criação de um conjunto de propostas para o Projecto BioRia. Propostas essas que dizem respeito

a melhoria de acessibilidades, dos meios de comunicação e da promoção do Projecto BioRia na Região. Em contexto de estágio a observação participante foi realizada no Centro de Interpretação Ambiental do BioRia, na participação em formações, em tarefas/visitas realizadas fora do Município de Estarreja e na candidatura à 7ª edição dos Prémios Turismo de Portugal.

Essa observação realizada durante o estágio, respeitante às actividades desenvolvidas, ao controle e realização dos objectivos definidos, foi registada num diário de bordo, realizada através de grelhas diárias, semanais e mensais, que foi alvo de uma análise de conteúdo simples.

CAPÍTULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. Município de Estarreja e o Projecto BioRia

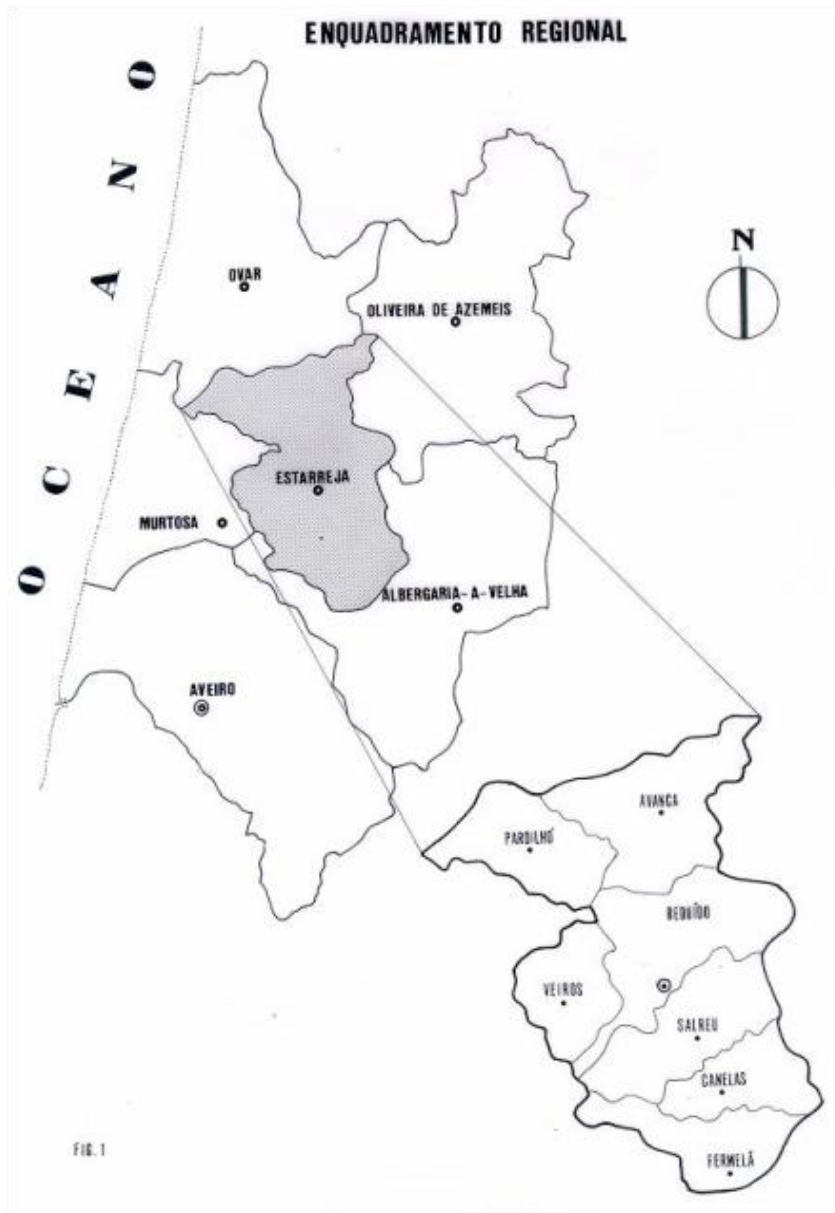


Ilustração 1: Município de Estarreja

O território do Município de Estarreja tem a área de 108 Km², pertencendo ao Distrito de Aveiro. Faz fronteira com os Municípios de Ovar, Murtosa, Albergaria-a-Velha e Oliveira de Azeméis.

O Município de Estarreja é constituído por sete freguesias. São elas: Avanca, Beduído, Canelas, Fermelã, Pardilhó, Salreu e Veiros.

3.1.1. Demografia

No Município de Estarreja, em 2001, o número da população residente era de 28 182. Em termos de densidade populacional verifica-se que em 2001, havia 260,4 habitantes por Km².

Tabela 1: Variação da população residente no Município de Estarreja entre 1991 e 2001

Freguesias	Área (Km ²)	População Residente		Variação (%) 91 / 2001	Densidade (Hab./Km ²) 2001
		1991	2001		
Avanca	21,5	6426	6474	0,7	301,1
Beduído	20,2	6731	7794	15,8	385,8
Canelas	10,2	1498	1486	-0,8	145,7
Fermelã	13	1580	1482	-6,2	114
Pardilhó	15,9	4234	4175	-1,4	262,6
Salreu	16,2	4157	4153	-0,09	256,3
Veiros	11,2	2116	2618	23,7	233,7
Concelho	108,2	26742	28182	5,4	260,4

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1991 e de 2001.

Segundo dados estatístico do recenseamento em 1999 havia cerca de 26 742 pessoas residentes. Comparando os dados de 2001 observa-se um aumento de população, na ordem dos 5,4%.

Já nos dados preliminares dos Censos de 2011, a população diminuiu para 26 997 habitantes residentes no Município de Estarreja. Revela-se um número muito próximo ao registado em 1991.

Tabela 2: População residente no Município de Estarreja em 2011

Zona Geográfica	População residente		
	HM	H	M
1	2	3	4
Estarreja	26997	13016	13981
Avanca	6189	2985	3204
Beduído	7544	3606	3938
Canelas	1438	691	747
Fermelã	1332	651	681
Pardilhó	4176	2040	2136
Salreu	3815	1819	1996
Veiros	2503	1224	1279

Fonte: INE, Censos - Resultados provisórios - 2011

Comparando os dados de 1991 com os de 2001² afere-se que o Município está com uma tendência de envelhecimento visto que o “escalão dos 0-14 anos tem diminuído em todas as freguesias e que a população com 65 ou mais anos tem aumentado. No entanto, o escalão dos 0-14 anos revela ainda valores superiores m relação ao escalão etário dos 65 ou mais anos” (Câmara Municipal de Estarreja, s. d., p. 3).

É de salientar que Avanca e Beduído têm características mais urbanas, por isso verifica-se maior número de pessoas residentes relativamente às outras freguesias. Canelas e Fermelã tem

² Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1991 e de 2001.

características mais rurais, sendo estas as freguesias com menos pessoas residentes no Município.

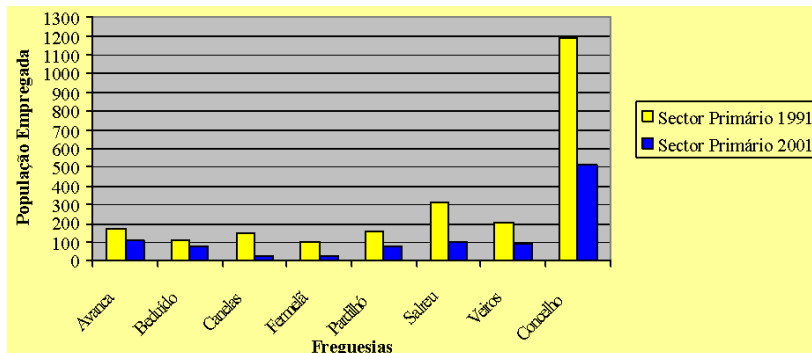
3.1.2. Contexto Socioeconómico

Os dados mais recentes sobre a população do Município de Estarreja, empregada dos diversos Sectores Primário, Secundário e Terciário, datam de 2001.

Assim sendo, em 2001, o Sector Primário empregava pouco mais de 500 pessoas residentes no Município de Estarreja. No que respeita aos sectores Secundário e Terciário, empregavam respectivamente 6 000 e 5 500 pessoas residentes no Município.

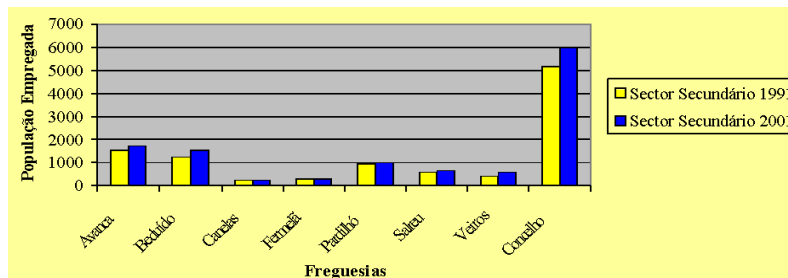
Abaixo encontram-se gráficos que revelam a evolução dos diversos Sectores, entre 1991 e 2001, no Município de Estarreja.

Gráfico 1: Evolução da população empregada no Sector Primário entre 1991 e 2001



Observa-se que o Sector Primário diminuiu a sua percentagem de população empregada, em todas as freguesias de Estarreja, entre 1991 e 2001. Em 1991 empregava 1 200 pessoas e em 2001 passou a empregar apenas 500. O que significa que emprega menos de metade da população residente no Município que em 1991.

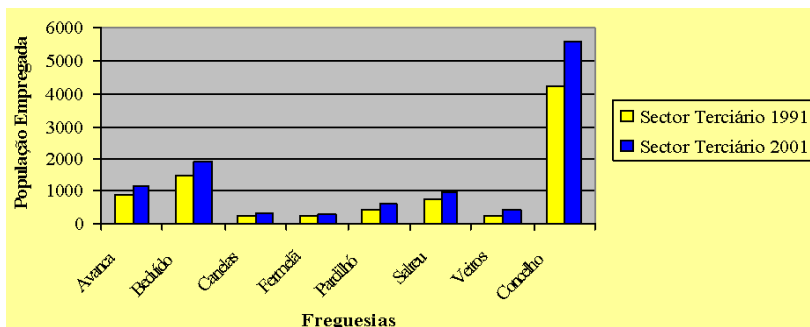
Gráfico 2: Evolução da população empregada no Sector secundário entre 1991 e 2001



No mesmo período, o Sector Secundário manteve a sua população empregada em Canelas Fermelã e Salreu, aumentando a percentagem nas restantes freguesias, notando-se uma evolução entre esses dez anos. Entre 2001, o Sector Secundário passou a empregar quase mais

1 000 pessoas que residentes no Município de Estarreja, comparativamente com os dados de 1991.

Gráfico 3: Evolução da população empregada no Sector Terciário entre 1991 e 2001



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1991 e de 2001.

Por fim, no Sector Terciário, verificou-se um aumento da população empregada, entre 1999 e 2001, em todas as freguesias do Município. Em 2001 este sector empregava, aproximadamente, mais 1330 pessoas que em 1991.

Conclui-se que os Sectores Secundários e Terciários têm tido uma influência crescente neste Município, face ao Sector Primário, em comparação com os dados de 1991 e 2001.

Reflectindo-se sobre os valores acima apresentados nota-se que os sectores que mais têm empregado população residente são o Secundário e o Terciário, ao contrário do Sector Primário que têm diminuído o número de empregados da população residente no Município de Estarreja.

As indústrias transformadoras são, portanto, as principais influenciadoras na economia local industrial (33,4%), e o ramo das Indústrias Metalúrgicas de Base e Produtos Metálicos, é o que cria mais emprego (4,9%) (Câmara Municipal de Estarreja, s. d., p. 7).

Em segundo lugar, aparece o ramo das Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco com 4,5%. A Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais já foi em tempos um grande sector na região, mas tem perdido terreno para outras industriais, apesar de ainda gerar emprego (3,7%) (Câmara Municipal de Estarreja, s. d., p. 7).

3.2. O Município de Estarreja: acessibilidades físicas para pessoas com necessidades especiais

O Município de Estarreja apresenta um conjunto de boas práticas em termos de acessibilidades para pessoas com necessidades especiais. Em 2007, foi atribuída ao Município de Estarreja a Bandeira de Prata da Mobilidade pela Associação Portuguesa de Planeadores do Território (APPLA), pela preocupação que o município tem de tornar acessível o seu território. Foi um dos municípios fundadores da Rede Nacional das Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos ao aderir ao projecto em 2004 (Câmara Municipal de Estarreja, 2007). Em 2007 já tinha 60% da área de intervenção acessível. Nesse ano passou a ser o 4º município com esta atribuição a nível nacional. Segundo a Câmara Municipal de Estarreja (2007) foram pequenas obras até 2007 que fizeram a diferença como rebaixamento de passeadeiras, correcção

da localização de prumos de sinalização e da colocação de elementos urbanos, como contentores de resíduos de sólidos urbanos e candeeiros.

Passados dois anos, em 2009, foi atribuída ao município de Estarreja a Bandeira de Ouro da Mobilidade pela APPLA. Agora 70% da área de intervenção no município de Estarreja é acessível (essencialmente o centro da cidade). Foi o segundo a nível nacional a obter este prémio. As principais intervenções feitas foram a criação de rampas, e novas passadeiras, bem como parque de estacionamento, alteração de sinalização e a pedonalização da Rua dos Paços do Município (Câmara Municipal de Estarreja, 2009a).

Em 2011, com o Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade, dando continuidade à iniciativa Portugal Mais Acessível (do Governo Português), deu início ao Regime de Apoio aos Municípios Para a Acessibilidade (RAMPA) com o intuito de tornar a cidade cada vez mais acessível dando continuidade aos trabalhos já realizados anteriormente. Segundo Teles (2011), esta requalificação terá um custo total de 275 mil euros, tendo sido aprovada a candidatura aos fundos da União Europeia do QREN-POPH da Tipologia de Intervenção 6.5 3, com uma comparticipação de 71,65%. Terá a duração de 24 meses a vertente de estudos, alocação de recursos, sensibilizações e formações, sendo depois a parte de operacionalização do projecto feita posteriormente, com a candidatura ao QREN, para avançar com as obras físicas.

3 Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas no âmbito da Deficiência

O Município de Estarreja pretende tornar-se num Município com um maior conjunto de acessibilidades. Desenvolve o projecto EcoEstarreja “em prol de um objectivo colectivo: criar uma cidade mais atractiva e sustentável, abrangendo diversas áreas” (Miranda e Martins, 2011, p. 10). Este projecto tem como objectivos melhorar os espaços urbanos; reforçar a identidade do município; criação de novos empregos; valorizar espaços públicos e acessíveis para todos para que haja um bem-estar na população residente e visitante; melhorar a mobilidade qualidade de vida e incentivar à participação da população no âmbito deste projecto; reduzir a pegada ecológica; desenvolver actividades relacionadas com o ambiente e a sustentabilidade. Este projecto é financiado por fundos europeus em 80% num investimento de 1,4 milhões de euros.

3.2.O Projecto BioRia

O Projecto BioRia foi criado pela necessidade de valorizar a natureza e biodiversidade que existe no Município de Estarreja, no seu contacto com a Ria de Aveiro, mais propriamente no Baixo Vouga Lagunar. Segundo a Câmara Municipal de Estarreja (2009b) surgiu o “desafio de reavivar a sua identidade perdida no tempo, valorizando este ecossistema natural, foi conseguido através do BioRia, projecto pioneiro de conservação da natureza e biodiversidade da Câmara Municipal de Estarreja”. Foi proposto no Projecto BioRia que se adaptassem os percursos de Natureza que existem, e torna-los visáveis de serem visitados por todos.

O BioRia, é um projecto integrado no Município de Estarreja, mais propriamente na Câmara Municipal de Estarreja. É classificado como um projecto de Turismo de Natureza e de conservação de biodiversidade, com estudos científicos da Universidade de Aveiro e da Universidade do Porto. A implementação dos percursos e estruturas de apoio contaram com a comparticipação de fundos comunitários. Esses fundos corresponderam a três candidaturas, sendo a primeira de 2003 a 2005, a segunda de 2005 a 2009 e a terceira de 2009 a 2011.

O Projecto foi iniciado em 2005, com o surgir o primeiro percurso, o Percurso de Salreu, com os primeiros leitores de paisagem. Em 2009 surgiram três novos percursos: Percurso do Rio Jardim, Percurso de Bocage e Percurso do Rio Antuã, sendo que os primeiros dois se localizam em Canelas e o último em Beduído. Estes percursos são atravessados pelo Rio Antuã, Rio Jardim e Rio Gonde, ficando assim ligados às sete freguesias do Município de Estarreja pela sua rede hidrográfica.

Em 2009, foi criado o Centro de Interpretação Ambiental (CIA) no início do Percurso de Salreu, um dos vários percursos de natureza do Projecto BioRia. Está localizado no início do Percurso de Salreu, e surgiu da necessidade de melhor contacto com os visitantes, facilitar as condições de investigação, promover actividades e contribuir para a sustentabilidade do Projecto.



Ilustração 2: vista panorâmica dos percursos do BioRia (linhas contínuas de cor preta)⁴

O CIA Tem todo o equipamento de apoio de pernoita para investigadores, com cozinha equipada, casa de banho completa e adaptada, um quarto com capacidade de duas, uma arrecadação e um auditório com capacidade para 40 pessoas.

Contem os vários recursos no local como bicicletas; um quiosque amovível para receber visitas; caiaques; um veículo eléctrico; e produtos para venda de merchandising que também contribui para a criação de receitas para a ajuda das manutenções do recursos e do

⁴ Fonte da imagem: <http://maps.google.com/>, com adaptação da autora.

próprio CIA; bem como as actividades que são propostas como workshops, maratonas fotográficas, entre outras.

O Percurso de Salreu é acessível fisicamente desde a saída do apeadeiro de Salreu, até ao percurso e em toda a sua extensão. Igual situação de encontra no Percurso de Bocage, com o piso idêntico ao Percurso de Salreu, com boa acessibilidade a partir do apeadeiro de Canelas. O veículo eléctrico contribui para a melhoria da mobilidade, sendo usado em visitas guiadas no Percurso de Salreu, tendo a capacidade de transporte de 8 pessoas (sendo que uma é o condutor).

O BioRia foi alvo de várias referências na comunicação social que referem o trabalho desenvolvido como boas prática, e prémios atribuídos ao longo dos anos (em ordem cronológica do mais antigo para o mais recente):

- A 20 de Julho de 2007, foi considerado pela Revista Sábado uma das “12 Maravilhas de Portugal” devido ao ecossistema desenvolvido na Ria da Aveiro;
- Em 20 de Setembro do mesmo ano, a Revista 7 (Suplemento da Revista Visão) refere que o BioRia é um caso de um projecto em como a vida selvagem e as actividades humana são compatíveis
- A 3 de Junho de 2007, a Revista Visão elogiou o BioRia pelos seus recursos, acessibilidades, e pelo veículo eléctrico disponível;
- Em 2007 foi um dos 15 seleccionados para o Royal Destination Award 2007 for Sustainable Tourism in Europe, que premeia projectos a nível europeu para projecto inovadores a nível de turismo sustentável;

- Em 2008 recebeu o Prémio Anual Intervenção Ambiental/Ambiente da Região de Turismo Rota da Luz;
- A 6 de Abril de 2011, a Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ADERAV), premiaram o BioRia por ser um projecto de boas práticas de defesa do património e de ecossistemas, de divulgação cultural e turística;
- Em Julho de 2011 o BioRia foi destacado pela Revista da Caixa Geral de Depósitos, onde Pedro Guilherme Gomes refere que o BioRia é um excelente caso de biodiversidade e sustentabilidade, sendo um dos trinta melhores lugares do mundo para a prática de birdwatching.

Durante os anos de 2010 e 2011 foram várias as actividades realizadas no Projecto BioRia que revelam a evolução do projecto, bem como da sua promoção.

Em 2010, os percursos do BioRia foram homologados, e passaram a ter divulgação a nível nacional.

O Projecto BioRia ficou entre os seis finalistas da iniciativa do Turismo do Centro intitulada “Prémios Turismo de Portugal” em 2010, para premiar projectos com boas práticas de sustentabilidade ambiental.

Em 2011, desde o início das actividades do CIA a 21 de Maio até ao final do mês de Agosto, os percursos foram visitados por mais de 9 000 pessoas, segundo Miranda e Martins (2011), levando a um

aumento de visitantes em mais de 130% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em Fevereiro de 2011 o BioRia participou na feira internacional NAUTICAMPO, em Lisboa, destacando-se em Turismo de Natureza e em birdwatching, tendo com principal objectivo atrair mais visitantes. Igual participativa também aconteceu na Feira Vida Natura & Desporto, na EXPONOR, no mesmo ano.

3.2.1. O Baixo Vouga Lagunar

A região do Baixo Vouga Lagunar faz parte área da Ria de Aveiro, e tem cerca de 4 600 hectares de área (Albergaria, Brito, Lama & Bismarck, s. d.). O Baixo Vouga Lagunar tem características próprias dentro da ria de Aveiro. Nas plantações de arroz, no Baixo Vouga Lagunar, usam práticas agrícolas adequadas, como baixa utilização de adubos e pesticidas, diminuindo o impacte na biodiversidade e para manter a qualidade do arroz que é vendido localmente.

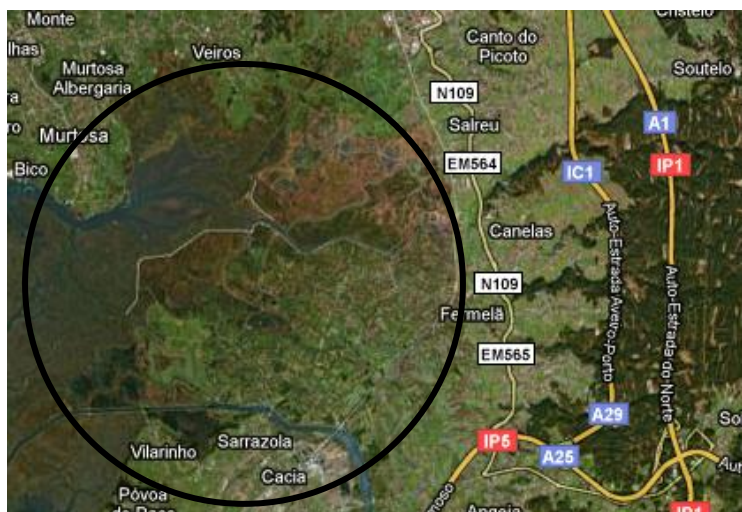


Ilustração 3: vista panorâmica do Baixo Vouga Lagunar, da área actual dos percursos BioRia em 2011 (interior do círculo de linha contínua preta)⁵

No que respeita à flora local o que se pode encontrar em maior abundância é o moliço, a tabúia-larga, o junco, o caniço, o amieiro e o salgueiro. Quanto à fauna, que é bastante rica, podem encontrar-se várias espécies de avifauna, tais como, andorinhas, garças, cegonha branca; patos-reais, diversas rapinas rapina como aguia sapeira, milhafres e corujas entre outras; répteis e anfíbios como rãs, sapos, cobras e osgas; e mamíferos como a lontra e a geneta. Uma espécie importante nesta área será a Garça Vermelha, também chamada de Garça Imperial, que neste momento se encontra com o estatuto de espécie em “perigo” (Albergaria, Brito, Lama e Bismarck, s. d.). Vem nidificar no Baixo Vouga Lagunar entre Março e Setembro, passando o resto do ano em África. Esta garça usa os caniçais do ano anterior, perto dos arrozais, para construir os seus ninhos. Faz os seus ninhos no chão como modo de protecção contra outros animais e condições meteorológicas, sendo um ponto estratégico para se alimentar.

O cultivo do arroz (de Abril a Setembro), também é gerador de economia local, com impacto positivo na biodiversidade da área geográfica.

⁵ Fonte da imagem: <http://maps.google.com/>, com adaptação da autora.

3.2.2. A Ria de Aveiro

A Ria de Aveiro, referenciada a nível nacional e internacionalmente pelas suas características, é o elemento essencial deste projecto. Segundo a Câmara Municipal de Estarreja (2009c) a Ria de Aveiro está “localizada no litoral da Região Centro, ocupa uma área de 11.000 Hectares”, o que faz com que seja uma área singular húmida e com características muito próprias para o desenvolvimento de nichos e actividades agrícolas próprias como as plantações de arroz. A Ria de Aveiro tem a classificação como reserva Ecológica Nacional (REN), a nível nacional. A nível internacional como Zona de Protecção Especial para as Aves (ZPE), “cada Estado Membro da União Europeia deverá classificar como Zonas de Protecção Especial (ZPE) as extensões e os habitats do seu território que se revelem de maior importância para essas espécies. O Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril, transpõe para o direito português alguns princípios gerais contidos nesta Directiva. O Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro cria diversas ZPE e revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva "Aves" e "Habitats".”⁶ Também está classificado como Important Bird Area (IBA), é uma classificação criada pela National Audubon Society (associação americana ambiental sem fins lucrativos) “para identificar e conservar áreas que são vitais para as aves e da biodiversidade (...), para garantir que todas as IBA são devidamente tratadas e conservadas.”⁷

⁶ Fonte da imagen: <http://www.avesdeportugal.info/sitzpe.html>

⁷ <http://web4.audubon.org/bird/iba/>



Ilustração 4: vista panorâmica da Ria de Aveiro (interior do círculo de linha contínua preta)⁸

⁸ Fonte da imagem: <http://maps.google.com/>, com adaptação da autora.

CAPÍTULO 4 – O PROJECTO

4. O Projecto

Este capítulo destina-se à apresentação de todo o trabalho desenvolvido em estágio e em investigação-acção.

Numa primeira parte serão apresentadas as actividades do estágio, no Projecto BioRia, onde serão descritas as mais relevantes. Debruça-se nos pontos essenciais de várias actividades, não se procedendo a uma descrição exaustiva diária, semanal ou mensal. O estágio foi complementado com a observação participante, com a redacção de um diário de bordo, e a investigação-acção que decorreu em paralelo.

O estágio, referido atrás, tem como objectivos: adquirir experiência e conhecimentos técnicos e específicos, em Turismo Acessível e Desenvolvimento Local Sustentável; colaborar nas actividades do Projecto BioRia; criar actividades para o Centro de Interpretação Ambiental (CIA); e adquirir experiências de metodologia de trabalho.

Numa segunda parte é exposto o trabalho desenvolvido na investigação-acção, sendo que o estágio foi a base de suporte que permitiu desenvolver a investigação-acção em paralelo.

No trabalho desenvolvido em investigação será exposta a análise de documentos diversos; e apresentadas propostas e recomendações concretas ao Projecto BioRia.

Na investigação-acção existem os objectivos: conhecer o Projecto BioRia; e criar um conjunto de propostas para o Projecto BioRia, para melhorar as acessibilidades e a sua promoção/divulgação, numa perspectiva sustentável.

4.1. Desenvolvimento do Estágio

O estágio esteve inserido no Projecto BioRia, um projecto de conservação ambiental e de natureza, baseado na sustentabilidade.

As actividades desenvolvidas em estágio, enquadraram-se em dois modos de trabalho diferentes: a) através de directrizes de trabalho previamente planeadas; b) através de actividades propostas posteriores ao início do estágio.

O modo a) baseou-se na criação prévia de um quadro operacionalizador de objectivos, com as respectivas técnicas de recolha de dados, de tratamento e fontes.

Os objectivos inicialmente estabelecidos, nas directrizes de trabalho, foram: integração na equipa do Projecto BioRia; adquirir conhecimentos técnicos e específicos de TA e DLS; contactar com os profissionais do Projecto; verificar as parceiras e acessibilidades.

Mediante estes objectivos foram traçados propostas de acção que passavam por:

- Proceder a candidaturas de TA e DLS;
- Identificar exemplo de boas práticas;
- Analisar os resultados estatísticos produzidos pelo Projecto BioRia;
- Inteirar-se dos meios de comunicação usados pelo Projecto BioRia;

- Realizar um diário de bordo para controlo do trabalho feito.

Os objectivos acima referidos, bem como o quadro operacionalizador, foram ajustados no início do estágio para se tornarem viáveis na prática de estágio. Esse quadro actualizado reflecte-se no actual Capítulo 2 (Objectivos e Metodologias) deste trabalho.

O modo de trabalho b) dava-se quando a aluna já se encontrava em contexto de estágio, e se anteviam propostas de tarefas diferentes às que tinha delineado. Tais actividades poderiam contribuir para enriquecer o trabalho de estágio, ganho de experiência e competências, e proveitos para o Projecto BioRia. Eram solicitadas pelo coordenador do BioRia (Engenheiro Norberto Monteiro, orientador de estágio da aluna), ou pela aluna com o acordo do coordenador.

A integração no Projecto BioRia, numa primeira fase, foi feita no Centro de Interpretação Ambiental (CIA), fazendo atendimento ao público, como parte dos recursos humanos existentes no local. Numa segunda fase trabalhou diariamente com o Coordenador do Projecto BioRia, na Câmara Municipal de Estarreja.

O estágio desenvolvido decorreu ao longo de 600 horas, durante cinco meses. O horário estabelecido foi das 9h até as 12h30 e das 13h30 até às 17h, de segunda-feira a sexta-feira. Iniciou o estágio de 12 de Setembro de 2011 até 31 de Janeiro de 2012. Este horário foi pontualmente alargado, excedendo as horas estipuladas inicialmente, sempre que as actividades a desenvolver assim o exigiam.

Durante o mês de Setembro a aluna foi destacada para no Centro de Interpretação Ambiental (CIA), desenvolvendo actividades de atendimento ao público juntamente com outros colaboradores do Projecto.

Durante os meses seguintes acompanhou o Engenheiro Norberto (coordenador do Projecto BioRia), no edifício da Câmara Municipal de Estarreja, realizando várias actividades atribuídas ao longo do estágio, para além daquelas a que já se tinha previamente proposto, como atrás referido.

Faz-se agora uma enumeração das actividades, que irão ser exploradas mais adiante. No CIA foi realizado o atendimento ao público e a visita da Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares (APN). Na Câmara Municipal de Estarreja foi desenvolvida uma nova parceria com a APN, foram feitas propostas actividades a desenvolver com crianças do pré-escolar e primeiro ciclo, foi realizada a candidatura aos Prémios Turismo de Portugal pelo Turismo do Centro. Além disso, ainda em estágio realizou uma formação do Instituto Nacional de Reabilitação e visitou o Município da Batalha, como um exemplo de boas práticas em acessibilidades e inclusão.

4.1.2. Atendimento ao público no Centro de Interpretação Ambiental (CIA)

No CIA são fornecidas informações ao público para explorar os percursos e recursos do BioRia. O seu horário (de Maio a Setembro

de 2011) foi de segunda-feira a sexta-feira, das 15h às 19h30, e sábados, domingos e feriados das 9h às 12h e das 15h30 às 19h30.

O CIA é constituído por um auditório com projector audiovisual, cozinha equipada com forno eléctrico e frigorífico, um quatro com capacidade para duas pessoas e WC completo. É utilizado como ponto de referência e apoio, para o início e términos de cada visita guiada ou actividades desenvolvidas pelo/no BioRia. É também um recurso usado por investigadores, em estudos académicos e/ou científicos, desenvolvidos no território abrangido. Neste último caso o CIA é usado para a pernoita na área ou na conservação de materiais colhidos para serem estudados.

Foi dada à aluna toda a formação relativamente ao modo de funcionamento do CIA: como alugar o material disponível (bicicletas, binóculos e caiaques), como se desenvolvem as actividades de visita guiada (em bicicleta, a pé ou veículo eléctrico) e que tipo de material informativo se podia disponibilizar aos visitantes (gratuitamente ou para venda).

Esta função traduziu-se numa componente prática de: processamento de recibos de produtos, abertura e encerramento do CIA e transmitir informações úteis sobre preços, materiais disponíveis e horário de funcionamento.

Durante a última semana de Setembro, de 24 a 30, a abertura do CIA foi assegurada, pela aluna juntamente com outro colega mais experiente, que ainda se encontrava a colaborar para BioRia nessa altura.

Da actividade diária do CIA destaca-se o “São Paio dos Aguados”, a 25 de Setembro de 2011. É um evento cultural que recria tradições antigas de Salreu. Durante esse dia houve solicitações acima da média para visitas guiada em veículo eléctrico e aluguer de bicicletas, para além da procura de informações para explorar os percursos.

4.1.2.1. Visita de membros da Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares (APN) ao Percorso de Salreu

No dia 23 de Setembro de 2011, sócios da Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares (APN), vieram fazer uma visita ao BioRia, mais concretamente ao Percorso de Salreu e CIA, testando as acessibilidades aí existentes.

A APN é uma associação sem fins lucrativos que visa dar uma melhor qualidade de vida aos doentes neuromusculares mas também às suas famílias. Muitos dos doentes neuromusculares deslocam-se em cadeira de rodas eléctricas e os que não o fazem têm necessidades especiais motoras, sendo consideradas pessoas com mobilidade reduzida.

Esta actividade foi o ponto de partida para a parceria que seria desenvolvida no futuro (ver no CD “ANEXO I: Fotografias da visita da APN”).

Fez-se, à chegada ao CIA, o visionamento do filme “Discretas Afinidades”, que se traduz num filme documentário sobre o que se pode visitar nos percursos do BioRia. Seguiu-se a explicação de funcionamento dos binóculos, partindo depois para o Percorso de

Salreu, onde foram explorados os primeiros dois quilómetros do Percurso de Salreu (do total de oito quilómetros do trajecto).

Na opinião dos visitantes sócios da APN a visita foi cativante, principalmente pela possibilidade de observar diversas espécies de fauna, como foi o caso de libelinhas e cegonhas brancas a uma distância próxima.

Relativamente ao CIA foram da opinião que, no geral, é acessível a pessoas com mobilidade reduzida. Contudo a torneira do WC não é fácil de manusear. Verifica-se que do lavatório é relativamente alto para uma pessoa em cadeira de rodas, e o próprio mecanismo de libertação de água tem uma dureza muito grande (doentes neuromusculares têm pouca forma força muscular), uma vez que as torneiras acessíveis são de fácil manuseamento em comparação com a que está aplicada.

Dentro do Percurso de Salreu pensam que existem alguns troços que têm demasiada gravilha, o que prejudica a estabilidade da circulação em cadeira de rodas, tornando o percurso mais exaustivo de se fazer do que pensavam inicialmente.

No que respeita ao trajecto para chegar ao CIA, desde o apeadeiro de Salreu até à rua que dá acesso ao CIA (caminho ao longo da linha ferroviária), foram da opinião que deveria ser alcatroado, uma vez que é uma via da responsabilidade da Câmara Municipal de Estarreja, e não pertence a nenhum trajecto do Projecto BioRia.

No final da visita fizeram um balanço positivo, que foi depois citado numa notícia publicada no site do BioRia. Esta visita foi alvo de menções em vários sites (Site da Câmara Municipal de Estarreja e Site do Jornal Ribeirinhas) e rádio local (Rádio Voz da Ria).

A aprendizagem feita no CIA foi importante, pela aprendizagem feita com os colaboradores do BioRia e no sistema de trabalho, e organização de funcionamento, do CIA. Foi uma ferramenta que ajudou a desenvolver competências de comunicação com o público, trabalho em equipa, cooperação, diálogo e distribuição de responsabilidades. Para além disso foi uma experiência de trabalho, que pode vir a ser uma mais-valia no futuro. A aluna tem a noção que teve um contributo positivo no CIA, no auxílio das actividades que decorreram, e nas informações dadas aos visitantes que visitaram os vários percursos.

4.1.3. Parcerias do BioRia

As parcerias desenvolvidas em projectos locais são fundamentais, sendo que a revisão de literatura mostra que as parcerias são um pilar fundamental para que um projecto se torne real e evolua.

O Projecto BioRia, tendo um carácter sustentável, desenvolveu várias parcerias que contribuem para uma melhor gestão dos recursos disponíveis e ao mesmo tempo a divulgação das entidades que cooperam entre si.

Essas parcerias passam pelo acordo entre duas entidades ou mais, sendo esse acordo vantajoso para ambas as entidades, ou para uma

delas sem prejuízo da outra. Assim, entidade que o BioRia ter como parceiras são: “Comboios de Portugal” (CP), com o Painel Consultivo Comunitário do Programa Actuação Responsável (PACOPAR), a Nestlé, as Universidades de Aveiro e do Porto e a Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares (APN) (parceria criada em âmbito de estágio).

A proposta de criar uma nova parceria surgiu por parte do Engenheiro Norberto Monteiro. Gostaria que se desenvolvesse uma nova parceria que fomenta-se a cooperação.

O primeiro contacto directo com a Associação foi no espaço do percurso de Salreu, em que os profissionais da APN e alguns doentes visitaram parte do percurso e testaram as acessibilidades. Nessa visita mostraram-se motivados a cooperar com o projecto criando uma parceria. O nível seguinte foi trocar correspondência electrónica enviada pela aluna, com conhecimento do Engenheiro Norberto Monteiro, e estabelecer os acordos vantajosos para as duas partes. Foram colocadas propostas por parte do BioRia, depois em resposta foram colocadas propostas pela APN, entrando-se em acordo ao fim de dois meses de comunicação. Assim, compete à APN em relação ao BioRia: divulgar actividades do BioRia, criar uma hiperligação no site da APN que remete para o site www.bioria.com, e em algumas publicações da revista da APN, publicando algum tipo de material que contribuísse para a divulgação do BioRia. Em contrapartida o BioRia facultaria: visitas gratuitas no veículo eléctrico, e descontos nos preços das actividades e formações, em que associados da APN quisessem participar.

4.1.4. Formação no Instituto Nacional de Reabilitação (INR)

A APN divulga várias actividades para a sua comunidade de sócios, voluntários e para o público em geral.

Através desses contactos teve-se conhecimento de uma formação que iria decorrer da Sede do INR, em Lisboa, a 21 de Outubro de 2011.

A aluna tomou conhecimento da iniciativa e decidiu participar nessa formação uma vez que, olhando para os conteúdos a serem abordados, pareceram úteis para o trabalho desenvolvido. Não só a nível de mestrado, mas também a nível de competências pessoais e sociais, e para a aquisição de mais conhecimento teórico. Fê-lo acompanhada de uma sócia da APN, que se faz deslocar em cadeira de rodas eléctrica, com a colaboração da sua cadela de trabalho.

Devido ao facto de nos deslocarmos em grupo, e a aluna desenvolver um trabalho de análise e propostas de acessibilidades, decidimos fazer um teste de mobilidade e acessibilidade, e enumerar todas as barreiras físicas que encontrássemos, para a aluna, a colega e o respectivo cão de trabalho.

Da estação de comboios do Oriente até ao INR, demorámos entre 20 a 30 minutos e encontrando duas barreiras arquitectónicas. Uma para sair do perímetro da estação de comboios, um degrau de acesso à estrada.

Encontrou-se também uma outra zona, que estava temporariamente em obras, sendo que o passeio estava apenas circulável a pessoas que

não tivessem mobilidade reduzida, apenas a aluna pode circular normalmente, mas a colega e a respectiva cadela de trabalho tiveram que fazer essa parte do percurso na estrada.

Ao chegar ao INR verificou-se que a rampa de acessibilidade de acesso ao prédio não está concebida para todo o tipo de cadeira de rodas, pelo que foi necessária a ajuda da aluna para impulsionar a cadeira de rodas para o interior do prédio. Relativamente às instalações sanitárias no INR, os apoios para a retrete eram demasiado curtos para fazer um bom apoio de pessoas com mobilidade reduzida.

A formação foi intitulada de “Direitos de Acessibilidade: conhecer para defender”, sendo que a intenção dessa formação era essencialmente informar e dar a conhecer os direitos às acessibilidades e as principais lacunas de acessibilidades na sociedade actual. A formação teve a duração de 7 horas, ou seja durante um dia inteiro de trabalho.

O formador foi Pedro Homem de Gouveia (Arquitecto da Câmara Municipal Lisboa e encarregado das acessibilidades) e os assuntos tratados foram: História da luta pelos direitos das pessoas com deficiência; conceitos de incapacidade e acessibilidade; enquadramento jurídico (dos direitos às normas de acessibilidade); principais disposições da Lei n.º 46/2006; principais disposições do Decreto-Lei 163/2006; direitos, opções e ferramentas para a fiscalização; lidar com o problema e com a acção (desafio pessoal).

Durante a formação houve interacção entre os formandos e o formador. Foram realizadas dinâmicas de grupo para a criação de

empatia entre todos ao longo do dia (organizado pelo formador), bem como trocas de ideias sobre a temática explorada.

Em momentos oportunos foram expostas, ao formador, as barreiras encontradas na deslocação feita desde a chegada a Lisboa até ao INR, bem como no próprio INR. Relativamente às barreiras no percurso o formador já estava ao corrente destas e sobre as barreiras do INR preenchemos posteriormente uma folha de avaliação da formação e do INR onde registamos a dificuldades sentidas na entrada do edifício e nas instalações sanitárias.

A formação foi gratuita, conferiu certificado de formação, e foi fornecido material importante de legislação sobre acessibilidades.

Em suma, esta formação foi dinâmica, rica em informação, onde se desenvolveram competências de trabalho em equipa, bem como conteúdos essenciais para a continuação do trabalho de estágio e de investigação.

4.1.5. Proposta de actividades para crianças do Pré-escolar no Centro de Interpretação de Salreu

O Coordenador do BioRia foi contactado por um infantário que pretendia trazer crianças, dos 3 aos 5 anos, ao percurso de Salreu.

De regra, numa visita normal, é apresentada parte da extensão do Baixo Vouga Lagunar, os percursos e um vídeo denominado de “Discretas Afinidades”, que ilustra o que se pode encontrar nessa área. Também existe um filme de animação chamado de “BioRia

Kids” (com conteúdos semelhantes ao “Discretas Afinidades”), mas é mais dedicado para população já em idade escolar, apesar de também poder ser usado com crianças em idade pré-escolar, porque é muito rico em imagens. Depois de visionar o filme é feita a saída para o campo, para algum dos percursos onde se faz a exploração da fauna e flora locais, e observação de aves com binóculos. Esta forma de fazer a visita pode ser alterada mediante as condições meteorológicas, o objectivo de visita das pessoas presentes no grupo, idades e necessidades especiais.

A aluna é licenciada em Animação Cultural, e tem desenvolvido competências de comunicação com o público e forma de funcionamento no CIA, bem como competências de sustentabilidade no Mestrado. Foi-lhe e proposto pelo Coordenador do BioRia criar actividades para este tipo de público solicitado, o que foi aceite pela aluna.

Criou-se uma história infantil, mais propriamente uma fábula, para se introduzir o visionamento do filme “BioRia Kid”. A história é apresentada com ilustrações em cartolina que se pode ir passando para as mãos das crianças, mostrando assim o papel do BioRia, para a protecção do ambiente e de toda a biodiversidade intrínseca à área. Ao longo de uma história, as crianças podem adquirir competências a nível da importância da protecção e preservação do meio ambiente, bem como adquirir conhecimentos de uma forma mais divertida e dinâmica.

Foi também planeada uma outra actividade para crianças, em que se estude com pequenas experiências as propriedades da água. Esta actividade deriva do facto da água ser um elemento essencial em toda a área do BioRia e Baixo Vouga Lagunar. Este tipo de actividade, de estudo do meio, pretende despertar a curiosidade para experiências e desenvolver competências.

Para as crianças do pré-escolar a visita iniciar-se-ia com a fábula e o visionamento do “BioRia Kids” fazendo depois uma curta visita de 20 minutos ao Percurso de Salreu no veículo eléctrico.

Para crianças já no primeiro ciclo far-se-ia também o visionamento do “BioRia Kids”, seguida de uma visita de veículo eléctrico, idêntica à acima descrita, e no final experiências com água.

4.1.6. Visita ao Município da Batalha

Com o objectivo de conhecer Municípios, ou entidades, que tivessem intervenções feitas para melhorar as suas acessibilidade, tinha-se o intuito de visitar a Lousã.

Como tal não foi possível, foi realizada uma visita ao Município da Batalha, para perceber o tipo de trabalho que este município tem feito a nível de acessibilidades públicas.

Na Câmara Municipal da Batalha fomos recebidos pelo Dr. Rui Cunha (chefe da Divisão de Educação, Cultura e Desporto do Município da Batalha) onde, em reunião, nos foram apresentados os investimentos e adaptações principais dentro da vila. Foram expostas,

por nós, as intenções de melhorar as acessibilidades já existentes no BioRia, para pessoas com necessidades especiais visuais e motoras. Daí a nossa intenção de visitar exemplos de excelência, como a Batalha, onde o principal objectivo seria aferir de que modo, exemplos práticos na Batalha, se poderiam aplicar no território do BioRia, e até mesmo em Estarreja, bem como as potenciais parceiras que ainda pudessem ser estabelecidas.

Na visita ao Museu da Comunidade Concelhia da Batalha verificámos toda a metodologia que foi implementada. Têm tecnologia touchscreen e áudio disponível em todo o espaço, que foi possível devido a preços mais económicos possibilitados pela parceria com o Instituto Politécnico de Leiria, bem como com empresas nacionais e internacionais como, por exemplo, dos Estados Unidos da América do Norte.

Para pessoas com necessidades especiais visuais existe toda a informação em Braille (apesar de no museu a escrita estar na vertical, e para uma leitura correta do Braile deveria ser na horizontal), além de ter os audioguias com uma utilização muito simples (basta ir acionando o único botão do aparelho ao longo da visita), além de que quase todas as peças expostas poderem ser manualmente exploradas. Os audioguias têm dimensões reduzidas, sendo mais pequenos que uma caneta regular.

Para pessoas com necessidades especiais motoras existe um elevador e casas de banho completamente adaptadas.

Para pessoas com necessidades especiais auditivas têm presente um touchscreen que contém pequenos filmes em língua gestual portuguesa para serem vistos ao longo da visita ao museu e também tem o mesmo texto escrito em português para ser lido nesse mesmo ecrã. Salienta-se que esse aparelho não é maior que um telemóvel, sendo bastante leve e fácil manipulação.

A Pia do Urso foi o último local a ser visitado. Trata-se da aldeia onde está inserido o Ecoparque, e foi requalificada de modo a ser acessível a pessoas com necessidades especiais visuais.

Todo o percurso a ser feito dentro do ecoparque está marcado com círculos de madeira, aplicados da mesma forma que os paralelos nas calçadas. Esse piso constituído por círculos de madeira tem 2 metros de largura e acompanha toda a extensão a percorrer em visita no parque. Nas bermas estão assentes paralelos para que pessoas invisuais percebam que estão a sair do caminho, através da diferença de textura do piso.

Todos os pontos de informação estão em placares em alto-relevo e com letras maiores, para se tornarem mais visíveis e palpáveis, como também em braille em placas informativas na entrada em cada estação de paragem. Cada estação de paragem pode ser encontrada utilizando um aparelho audioguia que se vai premindo, a cada metro percorrido, e que é acompanhado de um cartão escrito, e em braille no verso no cartão.

Todas as estações de interesses podem ser exploradas manualmente, existindo também um miradouro que pode ser manipulado em 380°

em seu redor, e que descreve, através de um altifalante, informações importantes sobre cada localidade em redor.

Este ecoparque tem vindo a contribuir para uma melhor qualidade de vida dos habitantes residentes fixos, uma vez que todas as casas da Pia do Urso foram restauradas.

Este ecoparque pode ser visto como um factor de competitividade, nos níveis de acessibilidade que se verificam. Apesar disso, a Pia do Urso continua a ser uma localidade onde a maioria das casas reabilitadas são de residência secundária.

Contudo, ao longo da visita ao ecoparque da Pia do Urso, entendemos que há certos aspectos que podiam ser melhorados. São eles: aplicar um questionário de satisfação aos visitantes, ter uma metodologia de contagem do número de pessoas que visita o parque, caracterizar os visitantes, e ter colocação permanente de uma pessoa ao longo do ano, e não apenas no Verão, no Centro de recepção do Parque, ou uma pessoa que tivesse fácil acesso ao Parque desempenhando outras funções em tempos não existissem actividades planeadas do ecoparque.

4.1.7. Candidatura à 7ª Edição dos Prémios Turismo de Portugal

No decorrer do estágio surgiu a oportunidade de o BioRia se candidatar à 7ª Edição dos Prémios Turismo de Portugal. O BioRia já se tinha candidatado a edições anteriores, e neste ano decidiu-se que a categoria a concorrer seria a de Requalificação de Projecto Público.

Tendo a aluna analisado o processo de candidatura da edição anterior, verificou-se que candidatura era gratuita e necessitava da formalização do processo e do preenchimento do formulário respectivo à área de candidatura. Fez o preenchimento de parte do formulário, com a posterior revisão do Engenheiro Norberto.

O restante processo da candidatura foi feito pela aluna e pelo Coordenador do BioRia. Não foi um processo muito complicado mas foi algo moroso (ver no CD “ANEXO IV Candidatura à 7ª Edição dos Prémios Turismo de Portugal”).

Passadas cerca de duas semanas tivemos a informação, por parte do Turismo de Portugal, que a candidatura era válida e que iria ser alvo de análise por parte dos júris competentes.

Este tipo de candidaturas e de prémios têm um valor significativo devido ao impacto que têm juntos das entidades competentes, neste caso o Turismo do Centro.

No final do mês de Janeiro o BioRia foi alvo da visita de membros competentes do Turismo do Cento, mais concretamente ligados à Edição dos Prémios Turismo de Portugal. No contacto feito foi referido de forma clara, que essa visita não deveria ser geradora de qualquer expectativa, e que apenas tinha o intuito de avaliar os projectos candidatos na prática. Vieram visitar alguns percursos e as instalações do CIA para fazerem uma avaliação mais próxima e concreta do Projecto, bem como da candidatura feita.

Ficámos a aguardar a resposta atempada do Turismo do Centro para saber as classificações dos Prémios.

4.1.8. Reflexão do estágio

Pensa-se que estágio foi rico na aquisição de novas competências, trazendo mais-valias para o BioRia e para a aluna. Ao longo do estágio foram adquiridas competências de atendimento ao público (no CIA), de trabalho num projecto local e sustentável, de exploração de outros locais no país pioneiros em acessibilidades, de competências de trabalho em equipa, cooperação, diálogo. A aluna conseguiu aprofundar conhecimentos de sustentabilidade e DL, e ser uma mais-valia para o desenvolvimento do BioRia.

O estágio foi uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento da parte de investigação, para melhorar o Projecto BioRia em termos de acessibilidades, e accionar mecanismos geradores de sustentabilidade.

O facto de ter elaborado directrizes iniciais de trabalho para estágio foi vantajoso, na medida em que ajudou a organizar melhor o tempo disponível para atingir os objectivos pré-definidos. Nesse sentido, as primeiras semanas de trabalho foram relevantes para redefinir essas mesmas directrizes, ajustando-as à realidade encontrada. O diário de bordo que foi sendo produzido, ao longo de todo o trabalho em estágio, traduziu-se na melhor organização de trabalho e arquivo de memórias, auxiliando o trabalho posterior.

Há algumas actividades/tarefas em específico, neste estágio, que necessitam de algumas considerações finais.

A formação no INR foi uma experiência nova, que permitiu contactar com a temática de acessibilidades de forma mais directa. As dinâmicas usadas ao longo dessa formação traduziram-se numa melhor na interiorização dos conceitos apresentados e debatidos.

A candidatura à 7ª Edição dos Prémios Turismo de Portugal foi uma nova experiência de metodologia de trabalho na temática. Esta actividade correspondeu positivamente às expectativas, apesar do sistema de avaliação das candidaturas ter sido moroso comparativamente a edições anteriores.

A APN teve um papel muito importante neste estágio, não só na divulgação do BioRia mas também como parceiro de sustentabilidade de ambas as entidades. A APN deu respostas assertivas e clara facilitando a comunicação e o estabelecimento de contrapartidas para si e para o Projecto BioRia.

Em reflexão, considera-se que houve maior promoção do BioRia, e maiores perspectivas de melhoramento das acessibilidades no Projecto.

4.2. A Investigação-acção

A investigação-acção, como referido anteriormente, foi desenvolvida em paralelo com o estágio. O estágio contribui positivamente para a investigação, pois permitiu a realização da observação participante durante a investigação, bem como o acesso a um conjunto de documentos e infraestruturas.

Os instrumentos de recolha de dados ao longo da investigação foram pesquisas e análises bibliográficas e documentais. O tratamento desses dados foi realizado por análise de conteúdos, sendo que no que respeita à observação participante foi desenvolvido um diário de bordo. Esse diário de bordo permitiu visualizar melhor a globalidade dos acontecimentos, e fazer o controlo eficiente de todo o trabalho ao longo do tempo.

Para a orientação do trabalho foram definidos objectivos concretos na investigação-acção, sendo eles: criar um projecto de melhoria das acessibilidades e da promoção do Projecto BioRia; conhecer o Projecto BioRia; e ciara propostas de melhoramento do Projecto BioRia.

4.2.1. Análise dos resultados estatísticos dos questionários de Verão

Para um controlo da qualidade do Projecto BioRia foi implementado, no ano de 2011, um inquérito por questionário aos visitantes do percurso de Salreu. A aplicação no terreno foi feita por dois estagiários curriculares vinculados ao BioRia, e os dados foram tratados por Jacinta Oliveira (ver CD “ANEXO II: Resultados dos inquéritos - 2011”).

As conclusões deste questionário foram analisadas na medida em que fornecem dados sobre a opinião dos visitantes, a caracterização desses

mesmos visitantes, e o que deve ser melhorado no projecto. Serve, assim, de base e fundamento para o trabalho desenvolvido.

Os questionários foram aplicados de 21 de Maio a 21 de Setembro de 2011, sendo que existem 119 questionários válidos. Permite concluir que a estatística é válida.

Este modelo de questionário foi aplicado no início do Percurso de Salreu. Sendo que o horário em que foi aplicado foi: das 15h30 às 19h30 de segunda-feira a sexta-feira, e aos fins-de-semana e feriados das 9h às 12h e das 15h30 às 19h30.

4.2.1.1. Reflexão sobre a aplicação/modelo do questionário de Verão

Segundo os dados resultantes do inquérito por questionário, que serão abaixo analisados, são várias reflexões a serem feitas no que diz respeito ao modelo do questionário e à forma como foi aplicado.

O horário em que os questionários foram aplicados foi apenas durante o horário de abertura do CIA.

Uma questão presente no inquérito relacionada com a existência de “deficiência ou dificuldade patológica em familiares ou amigos” apenas foi aplicada no questionário a partir de meados do mês de Agosto. Isto significa que a 36,13% dos inquiridos não lhe foi colocada esta questão.

4.2.1.2 Resultados estatísticos dos inquéritos de Verão

4.2.1.2.1. Caracterização dos visitantes

Nesta caracterização dos visitantes, pretende-se descrever o tipo de público que visita o Percurso de Salreu.

Quanto ao Município de residência dos visitantes inquiridos 29,41% são residentes do Município de Estarreja. 50,42% dos visitantes residem noutros pontos do Distrito de Aveiro, seguindo-se o distrito do Porto com 11,76%, e Lisboa com 5,88%.

Relativamente à nacionalidade, prevalece em maior número os visitantes portugueses com 92,44%, surgindo depois em menor número e por ordem decrescente, franceses (5,88%), alemães e brasileiros (1,68%), canadianos, venezuelanos e belgas (0,84%).

No que diz respeito à idade dos visitantes inquiridos, a maioria situa-se na faixa dos 36 e os 65 anos.

Mais de metade dos inquiridos visitou o percurso em família (61,93%), seguindo-se em conjunto com outras pessoas desconhecidas (33,49%) e sozinhos (4,58%).

Questionados de como tiveram conhecimento do Projecto BioRia, a maioria dos inquiridos foi através de amigos (40,34%), ou sendo residentes do Município de Estarreja (31,09%), passando depois a ter conhecimento do Projecto através dos meios de comunicação social (site BioRia, twitter, facebook e outros) 15,97%.

4.2.1.2.2. Opinião dos inquiridos sobre o Projecto BioRia

A importância de apurar os meios de transporte que os visitantes usam para chegar ao Percorso de Salreu, tem o intuito de avaliar o nível, e tipo, de mobilidade dos visitantes e as condições de acessibilidade dos espaços do BioRia.

Inquiridos sobre o meio de transporte utilizado para chegar ao percurso, o meio mais utilizado foi o carro (79,83%), seguindo-se depois a bicicleta (12,61%). O modo preferencial utilizado para transitar nos percursos foi a bicicleta (47,90%) para quase metade dos visitantes inquiridos, a pé (38,66%), veículo eléctrico (18,49%), por fim, caiaque (17,68%).

49,58% dos visitantes inquiridos visitaram o Percorso de Salreu pela primeira vez, sendo que os restantes foram visitantes repetentes. Com menos frequência visitam o percurso de Salreu menos de uma vez por mês (21,01%) e mensalmente (8,40%), sendo o período da semana mais privilegiado é o fim-de-semana, no período da tarde. A maioria permanece no percurso de uma a duas horas (39,50%), e de duas a três horas (36,97%).

4.2.1.2.3. Desenvolvimento Local

Os dados à frente expostos têm a intenção de aferir se os visitantes têm um impacto positivo na região e as suas motivações, para além da visita à área do BioRia. Neste sentido, foram também feitas questões

sobre as necessidades especiais dos visitantes, para apreciar as necessidades de melhoria no que respeita às acessibilidades no BioRia.

Inquiridos sobre os motivos da visita ao percurso de Salreu, a maioria dos participantes diz que vem motivada por passeios (75,63%), passando depois ao interesse por desporto (31,93%), observação de aves (26,89%), fotografia (15,97%) e outros (8,40%).

A maioria dos visitantes não têm por hábito usar a restauração da zona do Município de Estarreja (67,23%), mas já visitou ou pretende visitar pontos de interesse turístico do Município (58,82%).

Verificou-se que 13,45% dos visitantes inquiridos conhecem alguém com necessidades especiais. Ressalva-se que a 36,13% dos participantes não lhes foi apresentada esta questão (foi aplicada no questionário a partir de meados do mês de Agosto de 2011).

A apreciação global do Projecto BioRia, numa escala de Mau, Insuficiente, Suficiente, Bom, Muito Bom e Excelente, foi de Suficiente para 0,84% dos visitantes, Bom para 25,21%, Muito Bom para 48,74%, e 23,53% dos visitantes. Conclui-se que a maioria dos visitantes classificaram o Projecto BioRia como Muito Bom.

4.2.1.2.4. Críticas, observações e sugestões dos visitantes

As críticas mais referidas pelos inquiridos, numa questão aberta, foram:

- Ausência de uma zona de campismo ou sítio para pernoitar numa área mais próxima e acessível;
- Deveria haver mais pontos de controlo, mais e melhor sinalética e mais manutenção das bicicletas bem como selins mais confortáveis;
- Relativamente à restauração local, os visitantes apontam que não usufruem mais por motivos de desconhecimento, falta de proximidade ou localização estratégica, pela relação qualidade/preço.

Estas sugestões foram tidas em conta, para mais adiante serem apresentadas propostas de aspectos que podem ser vantajosas, para o Município de Estarreja, e para o Projecto BioRia.

4.2.2. Estatística – o novo perfil dos visitantes do BioRia

A fim de desenvolver um projecto de melhoria das acessibilidade do Projecto BioRia, decidiu-se fazer uma pesquisa sobre o tipo de necessidades especiais existentes no País, para planejar as adaptações de acordo com das necessidades existentes. Os dados à frente descritos têm o objectivo de expor dados que fundamentem as necessidades de adaptações dos percursos do BioRia, para que o BioRia possa responder mais prontamente às necessidades dos seus visitantes.

Neste sentido esta investigação pretende apurar o número de pessoas com deficiência em Portugal, e bem como o tipo de deficiências. Foi realizada uma análise estatística, em documentos publicados no site

do Instituto Nacional de Estatística (INE)⁹, onde se encontram dados a nível Nacional (todo o país), Continental (área do continente, excluindo o arquipélago da Madeira e dos Açores), Baixo Vouga e Estarreja. É de ressaltar que à data da pesquisa os dados publicados mais recentes do INE reportam a 2001. Serão apresentados dados relativos que relacionam o tipo de deficiência, sexo, grupo etário, e zona geográfica Nacional, Continental, Centro, Baixo Vouga e Estarreja (ressalva-se que nos dados de Estarreja não existem dados relativos ao grupo etário).

Reportando ao ano de 2001, a nível Nacional existiam cerca de 636 mil pessoas com deficiência. Pessoas entre os 60 e os 64 anos são as mais afectadas com deficiências. Verifica-se que as deficiências visuais e motoras são as que mais afectam a população.

A deficiência visual afecta 163.569 pessoas. Nesta deficiência, indivíduos entre os 65 e os 69 anos são as mais afectadas, e no que respeita à diferença entre os sexos, as mulheres são as mais atingidas com esta deficiência.

A deficiência motora afecta 156.246 pessoas, sendo que os homens estão em maioria afectados nesta deficiência em comparação com as

⁹Fonte: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=133411&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=377711&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2

mulheres. Além disso a idade da população mais atingida é entre os 65 e os 69 anos.

A nível Continental existiam cerca de 613 mil pessoas com deficiência. Pessoas entre os 60 e os 64 anos são as mais atingidas. Verifica-se que as deficiências visuais e motoras são as que mais afectam a população.

A deficiência visual afecta 158.427 pessoas. Nesta deficiência, indivíduos entre os 65 e os 69 anos são as mais afectadas, e no que respeita à diferença entre os sexos, as mulheres são as mais atingidas com esta deficiência.

A deficiência motora afecta 150.925 pessoas, sendo que os homens estão em maioria afectados nesta deficiência em comparação com as mulheres. Além disso a idade da população mais atingida é entre os 70 e os 74 anos.

O Centro existiam cerca de 156 mil pessoas com deficiência. Pessoas entre os 65 e os 69 anos são as mais atingidas. Verifica-se que as deficiências visuais e motoras são as que mais afectam a população.

A deficiência visual afecta 37.744 pessoas. Nesta deficiência, indivíduos entre os 70 e os 74 anos são as mais afectadas, e no que respeita à diferença entre os sexos, as mulheres são as mais atingidas com esta deficiência.

A deficiência motora afecta 42.349 pessoas, sendo que os homens estão em maioria afectados nesta deficiência em comparação com as mulheres. Além disso a idade da população mais atingida é entre os 70 e os 74 anos.

A nível do Baixo Vouga, existiam cerca de 24 mil pessoas com deficiência. Pessoas entre os 60 e os 64 anos são as mais atingidas. Verifica-se que as deficiências visuais e motoras são as que mais afectam a população.

A deficiência visual afecta 6.338 pessoas. Nesta deficiência, indivíduos entre os 20 e os 24 anos são as mais afectadas, e no que respeita à diferença entre os sexos, são as mulheres.

A deficiência motora afecta 6.505 pessoas, sendo que os homens estão em maioria afectados nesta deficiência em comparação com as mulheres. Além disso a idade da população mais atingida é entre os 65 e os 69 anos.

No Município de Estarreja existiam cerca de mil pessoas com deficiência, verificando-se que as deficiências visuais e motoras são as que mais afectam a população.

A deficiência visual afecta 559 pessoas, e as mulheres são as mais afectadas.

A deficiência motora afecta 487 pessoas, sendo que os homens estão em maioria afectados nesta deficiência em comparação com as mulheres.

Em conclusão, verifica-se que em Portugal existem 636 mil pessoas com deficiência. Sendo que a nível Nacional, Continental, do Centro, Baixo Vouga e Estarreja, as mulheres são sempre as mais afectadas por deficiências visuais e os homens por deficiências motoras. No que respeita aos grupos etários pessoas entre os 60 e os 64 são mais

atingidas por deficiências. Porém, esse grupo etário varia conforme a deficiência e sexo que se está a tratar. Por exemplo nível Nacional, Continental, do Centro, Baixo Vouga e Estarreja, no que respeitas às deficiências visuais e motora, as idades que são mais afectadas vão desde os 60 até aos 74 anos, à excepção da deficiência visual no Baixo Vouga que é dos 20 aos 24 anos.

4.2.2.1. Recomendações para o Projecto BioRia baseadas da análise estatística

Reflectindo sobre os dados estatísticos apresentados, no caso do Projecto BioRia, recomenda-se o investimento em percursos acessíveis para pessoas com necessidades especiais visuais e motoras, visto que são essas necessidades especiais que se revelam em maior número na população portuguesa.

Sugere-se a aplicação de guias a 15 cm do solo, bem como tornar os percursos mais estável, para as cadeiras de rodas circularem mais facilmente, e para maior conforto e segurança das pessoas com necessidades especiais visuais.

Sugere-se também a maior manutenção do piso dos percursos para eliminar possíveis irregularidades.

Não se deve esquecer as necessidades especiais auditivas, uma vez que também representam uma percentagem considerável no país, porque apesar de não serem em maior número continuam a destacar-se das restantes minorias percentuais de outro tipo de necessidades especiais. Essa adaptação no BioRia poderia ser feita tendo pessoas

habilitadas com um curso, ou formação, em língua gestual portuguesa, bem como a criação de mais material escrito que possa ser cedido temporariamente sem custo, ou oferecido, a pessoas com esta necessidade especial.

4.2.3.Propostas para o Projecto BioRia

4.2.3.1.Propostas para a melhoria das acessibilidades do Projecto BioRia

As acessibilidades físicas são importantes para que o Projecto BioRia se torne num projecto possível de ser visitado por mais pessoas, neste caso refere-se a pessoas com diversas necessidades especiais. Essas pessoas com necessidades especiais podem ser idosos, crianças, a pessoas acidentadas ou mesmo com alguma capacidade visuais ou auditivas.

Esta proposta dirige-se fundamentalmente às pessoas com necessidades especiais visuais e motoras. Baseia-se na revisão de literatura, da avaliação realizada nos percursos ao longo do decorrer do estágio, e na análise e conclusão de dados estatísticos do INE. Esta análise aponta para a potencialidade do desenvolvimento de turismo acessível para o público de necessidades especiais.

Pretende-se dar resposta às barreiras físicas existentes, com os seguintes objectivos: potenciar o aumento do número de visitantes; dar ênfase à responsabilidade social do Projecto BioRia; dar, ao maior

número de pessoas com necessidades especiais, a possibilidade de visitar os percursos naturais.

O Projecto BioRia deve mostrar esta característica de responsabilidade social, atento às necessidades do público com necessidades especiais, ainda que este seja em pequena percentagem comparativamente ao número de visitantes sem necessidades especiais.

Os percursos, actualmente, já são visitados por pessoas com diferentes necessidades. Se forem introduzidas e divulgadas novas características que melhorem as acessibilidades dos percursos do BioRia, o número de visitas de públicos com necessidades especiais poderá aumentar.

Nesta proposta pretende-se demonstrar que tipo de adaptações podem ser feitas, e ilustra-las sempre da melhor forma possível.

Pensa-se que as soluções apresentadas neste documento só na prática podem ser testadas, bem como a escolha dos recursos ideais, e nesse sentido esta proposta é sempre passível de ser reformulada, conforme os recursos existentes.

O mais indicado seria colaborar com a empresa que trata da construção e aplicação dos materiais em madeira que estão visíveis nos percursos. Essa empresa é responsável por infraestruturas a nível dos leitores de paisagem, como das restantes estruturas de madeira. Seria essa empresa que aplicaria as estruturas guias, referidas atrás, para pessoas com necessidades especiais visuais (como exemplo de

guias, são as pequenas estruturas de madeira, visíveis no início do percurso de Salreu).

Os percursos escolhidos para serem adaptados fisicamente foram o Percurso de Salreu e o Percurso do Rio Jardim, pelas suas características. São os percursos mais curtos, ou assim se podem tornar; são próximos um do outro; estão há mesma distância do apeadeiro de Salreu; e têm características paisagísticas opostas. O percurso de Salreu é descampado, e o do Rio Jardim repleto de árvores que produzem grandes áreas de sombra ao longo do percurso, e de todo o dia.

Esta proposta de melhoria do BioRia tem vários objectivos:

- Tornar os percursos acessíveis a mais pessoas, respondendo melhor às necessidades dos visitantes;
- Tornar o BioRia mais competitivo em relação a outros destinos de Turismo de Natureza;
- Criar e aumentar a responsabilidade social do BioRia;
- Contribuir para a inclusão social;
- Aumentar as características de sustentabilidade do BioRia, como o aumento de outro tipo de público.

Com estes objectivos pretende-se que o Município de Estarreja, e o próprio Projecto BioRia, desenvolvam princípios e estratégias de DLS.

4.2.3.2. O percurso de Salreu



Ilustração 5: Percurso Salreu (linha contínua preta)¹⁰



¹⁰ Fonte da imagem: <http://maps.google.com>, com adaptação da autora.

Ilustração 6: Extensão privilegiada para requalificação, em primeiro lugar, neste percurso (interior do círculo de linha contínua preta). Extensão a ser requalificada do Percurso de Salreu, em segundo lugar (linha tracejada vermelha fora do círculo).¹¹

Esta sugestão emerge da possibilidade deste percurso poder ser reduzido, através da criação de um trajecto que pode criado a meio, e que interrompe o percurso a meio (como sugere a ilustração 6). Tem oito quilómetros, mas pode ser interrompido a meio através de um troço que liga dois pontos diferentes do percurso.

Contudo, esse novo troço, necessitaria de intervenções para ser possível atravessá-lo, devido à invasão da vegetação e alagamentos. Assim o percurso ficaria com aproximadamente cinco quilómetros. Teria assim características mais favoráveis para receber pessoas com necessidades especiais motoras.

Neste momento o percurso de Salreu já é acessível para pessoas com algumas necessidades especiais, mas por exemplo, para pessoas em cadeira de rodas torna-se exaustivo devido à irregularidade do piso.

¹¹ Fonte da imagem: <http://maps.google.com>, com adaptação da autora.

4.2.3.3. O percurso Rio Jardim



Ilustração 7: Percurso do Rio Jardim (linha contínua preta)¹²



¹² Fonte da imagem: <http://maps.google.com>, com adaptação da autora.

Ilustração 8: extensão a ser requalificada do Percurso do Rio Jardim (linha tracejada vermelha)¹³

Este percurso pode ser alvo de adaptações, uma vez que é o percurso mais curto (dois quilómetros).

As principais intervenções a fazer são: manutenções de limpeza das bermas, tornar o piso mais regular e aplicação de guias a 15 centímetros no solo. Com estas adaptações o percurso passa a ter características mais apropriadas para receber pessoas com necessidades especiais visuais e também com mobilidade reduzida (ao contrário do percurso de Salreu, que seria acessível apenas para pessoas com necessidades especiais motoras).





Este percurso é rico em insectos e aves de pequeno porte, o que proporciona um contacto mais rico com a natureza. Além disso, por ser um percurso curto e com sombra, pode ser visitado confortavelmente a qualquer hora do dia, ao contrário do percurso de Salreu, que entre as 11h e as 17h, em dias Verão, ou calor, se torna muito esgotante a explorar.

¹³ Fonte da imagem: <http://maps.google.com>, com adaptação da autora.

4.2.3.4. Projecção das adaptações dos percursos





Com as imagens que a seguir se apresentam pretende-se projectar o futuro aspecto dos Percursos do Projecto BioRia, a intervencionar: o Percorso de Salreu e o Percorso do Rio Jardim.

Figura 2: tabela de projecção futura dos percursos de Salreu e Rio Jardim

Antes (final do ano de 2011)	Projecção das futuras acessibilidades
 <p>Foto: Sofia Mesquita</p> <p>O caminho está com um linha de erva, com o terreno com pedras e a necessitar de manutenção nas bermas.</p>	 <p>Foto: Sofia Mesquita</p> <p>O caminho está uniforme, liso, com as bermas limpas e com guias para pessoas com necessidades especiais visuais e com mobilidade reduzida.</p>
 <p>Foto: Sofia Mesquita</p> <p>Todo o caminho está com um linha de</p>	 <p>Foto: Sofia Mesquita</p> <p>O caminho está uniforme, liso, com as</p>

<p>erva, com o terreno com pedras e ab necessitar de manutenção na bermacom direita.</p>	<p>bermas limpas e com guias para pessoas com necessidades especiais visuais.</p>
 <p>Foto: Sofia Mesquita</p> <p>O caminho está com um linha de erva, com o terreno com pedras, covas, a necessitar de manutenção nas bermas e com um monte de estulho do lado esquerdo.</p>	 <p>Foto: Sofia Mesquita</p> <p>O caminho está uniforme, liso, com as bermas limpas e com guias para pessoas com necessidades especiais visuais e com mobilidade reduzida.</p>
 <p>Foto: Sofia Mesquita</p> <p>Todo o caminho está com uma camada de erva, e a torre de observação está inacessível a pessoas com mobilidade</p>	 <p>Foto: Sofia Mesquita</p> <p>O caminho está uniforme, liso, e a torre de observação rebaixada um andar. Será sempre necessário o acrescento de uma</p>

<p>reduzida.</p>	<p>rampa, que com a projecção aqui feita é mais viável.</p>
<div data-bbox="230 445 520 661" data-label="Image"> <p>Foto: Sofia Mesquita</p> </div> <p>O caminho está a iniciar-se um linha de erva, com o terreno com pedras e a necessitar de manutenção nas bermas.</p>	<div data-bbox="743 445 1047 661" data-label="Image"> <p>Foto: Sofia Mesquita</p> </div> <p>o caminho está uniforme, liso e com as bermas limpas, ficando assim preparado para receber pessoas com mobilidade reduzida.</p>
<div data-bbox="194 963 557 1231" data-label="Image"> <p>Foto: Sofia Mesquita</p> </div> <p>O caminho está com uma fina camada de erva e a necessitar de manutenção nas bermas.</p>	<div data-bbox="716 963 1079 1231" data-label="Image"> <p>Foto: Sofia Mesquita</p> </div> <p>O caminho está uniforme e as bermas estão limpas, ficando assim preparado para receber pessoas e com mobilidade reduzida.</p>

 <p>Foto: Sofia Mesquita</p> <p>O caminho está com uma larga linha de erva, com o terreno com a presença de erva seca e a necessitar de manutenção nas bermas.</p>	 <p>Foto: Sofia Mesquita</p> <p>Verifica-se que o caminho está uniforme, liso, sem erva seca e com as bermas limpas, ficando assim preparado para receber pessoas com mobilidade reduzida.</p>
 <p>Foto: Sofia Mesquita</p> <p>O caminho está ocupado pelo erva e palha seca e a necessitar de manutenção nas bermas.</p>	 <p>Foto: Sofia Mesquita</p> <p>O caminho está uniforme, liso, sem erva seca e erva e com as bermas limpas, ficando assim preparado para receber pessoas com mobilidade reduzida.</p>



O caminho está ocupado pelo erva e palha seca, inpedindo a continuação do percurso e a necessitar de manutenção nas bermas.



O caminho está uniforme, liso, sem erva seca e erva e com as bermas limpas, ficando assim preparado para receber pessoas com mobilidade reduzida.

4.2.3.5. O Veículo Eléctrico

Como referido atrás, no CIA existe um veículo eléctrico utilizado como um meio para transportar pessoas com mobilidade reduzida. Contudo, este veículo eléctrico não é adequado para pessoas que não têm equilíbrio, uma vez que não tem apoios para além das costas.

Neste sentido, seria importante aplicar no veículo eléctrico uma plataforma que transportasse as pessoas nas suas cadeiras, como um reboque. O ideal seria ter capacidade para duas ou quatro cadeiras, por uma questão de comunicação e conforto entre as pessoas que fossem transportadas nessa plataforma.

Abaixo apresentam-se algumas sugestões como de uma empresa, e de uma estrutura dessa mesma empresa, que poderia ser viável para a adaptação do veículo eléctrico. A empresa Luís Figueiredo, desenha e constrói equipamentos de reboque por medida, como se observa adiante.



Ilustração 9: Adaptação para o veículo eléctrico¹⁴

Para que esta estrutura de reboque, acima ilustrada, seja eficiente na prática, é necessário ter em atenção várias características, tanto dos utilizadores como do terreno em que irá circular. As características importantes a ter em conta são: as medidas gerais de uma cadeira de rodas¹⁵, o peso de cadeiras de rodas manuais e eléctricas (juntamente com o peso do utilizador), a entrada para o atrelado deve ser acessível (com o mínimo 80 cm de largura), e deve incorporar um sistema de segurança de retenção, das cadeiras ao atrelado.

¹⁴ Fonte: <http://www.luisfigueiredo.com/bigpic.php?id=384&imgidx=4>

¹⁵ Altura: 95cm; largura: 70cm; comprimento: 110cm

4.2.3.2. Propostas de melhoria dos meios de comunicação do BioRia

Pretende-se, neste ponto, apresentar os meios de comunicação usados pelo BioRia, e apresentar propostas para aperfeiçoar esses meios.

São vários os meios de comunicação utilizados pelo BioRia. Usa sítios na internet para fazer a divulgação de actividades e percursos do Projecto, como on-line o Twitter, o Facebook, o site do BioRia e o site da CME. Faz também a divulgações pontuais em rádios locais, feiras de divulgação, no Turismo do Centro, no Hotel Eurosol e jornais periódicos locais.

Para que o Projecto BioRia pudesse ter uma comunicação mais eficaz, deveria ser também acessível a pessoas invisuais, no meio on-line. Por exemplo, se as notícias que são publicadas no site do BioRia pudessem ser transferidas em formato PDF poderiam ser ouvidas (PDF-Visualizar-Ler em voz alta).

As publicações nos jornais locais, são um meio de chegar às pessoas mais idosas que ainda preferem esse formato tradicional. Por esse motivo as publicações em jornais locais deveriam ser de periodicidade mais curta, e com relativa antecedência às actividades a divulgar, pois verifica-se com regularidade a apresentação de actividade que já ocorreram há vários meses, o que torna a notícia desactualizada. Também acontece a divulgação atempada, mas a poucos dias das actividades terem lugar, quando as actividades já estão com lotação esgotada.

Seria importante que este meio de comunicação impresso fosse distribuído para as instituições de solidariedade social, mediante um prévio contacto. Essas entidades poderiam ser ler lares, centros de dia, infantários, para que os responsáveis estivessem a par das oportunidades que o BioRia tem para os seus utentes.

4.2.3.3. Propostas de promoção do Projeto BioRia na região

O BioRia é um projecto de sustentabilidade e promove a preservação da natureza. Contudo ainda se verificam bastantes lacunas a nível de informação da envolvente turística que é essencial para o DL do Município. Esse tipo de informação, de interesses locais, é procurada principalmente por visitantes dos percursos que antes, durante ou depois das suas actividades pretendem permanecer no município de um dia para o outro e fazer refeições nesses períodos.

Neste momento a informação que está disponível no site do BioRia, refere-se à restauração, em média um restaurante por freguesia, à excepção de Estarreja, com três, e Avanca com dois. Para pernoitar tem a informação de três unidades hoteleiras em todo o Município de Estarreja.

Esta informação parece ser insuficiente, principalmente na Primavera e Verão, quando o BioRia é visitado por pessoas de vários pontos do país, e de outros países e que vêm propositadamente para actividades de natureza.

Deveriam ser desenvolvidas outras soluções para divulgar mais e melhor informação. Em primeiro lugar melhorar a informação disponível de unidades de restauração para fazer refeições e pernoitar: pensões, residenciais, hotéis, restaurantes e cafés. Essa informação deveria estar disponível acompanhada de mapa do Município de Estarreja, com informação em português, inglês, francês e espanhol.

No intuito de atrair mais e diferentes públicos, poderiam criar-se roteiros locais com descontos. Por exemplo, criar um roteiro que tenha incluído três locais a visitar no Município, o primeiro local visitado teria o valor de visita habitual, o segundo local a visitar tinha um desconto de 10% e o terceiro um desconto de 20%. Este sistema de descontos deve ser alvo de um controlo (como por exemplo os bilhetes de visita ou o recibo, com data e hora registada).

Esses descontos podem ser em bilhetes de visitas e/ou em produtos de merchandising. Estes descontos podem também ter uma validade variante ao longo do ano, no final da Primavera e Verão a validade deve ser menor, por exemplo de 48 horas, devido à actividade turística mais intensa. Durante o resto do ano a validade dos descontos pode passar a ser de 8 dias.

4.2.3.4. Novo público potencial

Para que haja uma promoção mais activa do turismo acessível é importante que se localize o potencial de público mais próximo. Nesse sentido procuraram-se contactos de associações e instituições locais que fossem potenciais visitantes. Elas são, na sua maioria Lares

de Terceira Idade ou Centros Sociais e Paroquiais e instituições que apoiam pessoas com necessidades especiais, como por exemplo a CERCI. Os contactos disponíveis são uma ferramenta para que as visitas sejam agendadas, e seria uma maior impulsão para esta nova forma de turismo, favorecendo não só o Turismo Acessível como também a inclusão (ver “ANEXO III: Propostas de Instituições do Município de Estarreja para potenciais visitantes de turismo acessível.).

CONCLUSÕES

O presente trabalho, cujo enquadramento teórico se alicerçou em torno dos conceitos de Desenvolvimento Local Sustentável e do Turismo Acessível teve por objecto de estudo o Projecto BioRia, no concelho de Estarreja. A questão de partida, “de que forma o Projecto BioRia se enquadra numa perspectiva de Turismo Acessível, num contexto de Desenvolvimento Local Sustentável?” orientou a investigação do projecto o qual tinha os seguintes objectivos: adquirir experiência e conhecimentos técnicos e específicos, em Turismo Acessível e Desenvolvimento Local Sustentável; colaborar nas actividades do Projecto BioRia; criar actividades para o Centro de Interpretação Ambiental (CIA); adquirir experiências de metodologia de trabalho; conhecer o Projecto BioRia; criar um conjunto de propostas para o Projecto BioRia, para melhorar as acessibilidades e a sua promoção/divulgação, numa perspectiva sustentável.

Apresenta-se uma síntese conclusiva que pretende transmitir uma visão de conjunto do projecto realizado.

O trabalho desenvolvido no Projecto BioRia, em estágio, foi extremamente enriquecedor no que respeita à exploração dos recursos usados por este, permitindo à estagiária otimizar as suas oportunidades de sucesso.

As actividades desenvolvidas, sobre as temáticas de TA e DLS tiveram um impacte positivo, para a criação de uma base de trabalho

bem sustentada. A integração na equipa de trabalho do Projecto BioRia contribuiu para a melhor compreensão das metodologias de trabalho usadas, e da teia de relações de trabalho criadas localmente, como as parceiras.

As visitas e os contactos com outras entidades, que desenvolvem trabalho na área do TA e do DLS, contribuíram para que o Projecto BioRia possa usar novas e diversas ferramentas, e para a aluna em contexto de estágio desenvolver novas competências, experiências de trabalho em TA e DLS. Essas actividades foram positivas na medida em que houve contacto com outros contextos de trabalho para além do Projecto BioRia. Foi, assim, possível alargar horizontes para outros contextos de estudo, experiências profissionais, desenvolvimento de novas ideias, troca de experiências de trabalho e exploração de novos recursos passíveis de serem usados.

Estas experiências de trabalho, permitiram complementar o trabalho desenvolvido na investigação-acção a qual conduziu à constatação da necessidade de melhorar alguns aspectos no Projecto BioRia no que concerne às acessibilidades físicas e aos meios de comunicação usados. Essas propostas vão no sentido do projecto BioRia melhorar os meios de comunicação que tem ao seu dispor, para, assim, melhor se promover na região. Para o efeito, deve usar estes meios de forma sustentada usando as redes locais já existentes de forma mais eficiente. As acessibilidades físicas devem ser melhoradas para assentar, cada vez mais, em pressupostas de TA. Com isto pretende-se dizer que o projecto é acessível, mas pode e deve melhorar, para que

o TA na região seja mais valorizado, bem como a responsabilidade social de inclusão.

O Projecto BioRia baseia-se, pois, em princípios de Sustentabilidade e de DL, por exemplo, através da criação de parcerias, as quais fomentam a cooperação mobilizando os actores locais e pelo seu carácter local, através do uso de recursos endógenos, de forma sustentável. É um Projecto em desenvolvimento e contínuo melhoramento de condições, e aproveitamento dos recursos disponíveis. Usa os recursos disponíveis de forma racional sem comprometer o espaço onde se insere.

De facto o Projecto BioRia assenta em valores próprios de ecodesenvolvimento, através da conservação e manutenção do espaço onde está inserido, como é o exemplo do Baixo Vouga Lagunar, rentabiliza os recursos disponíveis de forma a não interferir no meio de natureza onde se insere, primando pelo uso de recursos não poluentes e ecológicos, como é o caso por exemplo do uso de bicicletas e de veículo eléctrico. Assim, o Projecto BioRia aproveita o que há de melhor dos recursos endógenos de forma sustentada.

Factores de acessibilidade, em contexto de Turismo de Natureza, também são tidos em conta no Projecto BioRia, a nível das características físicas dos percursos, das intervenções físicas feitas na área, nos custos que essas intervenções implicaram, e no público-alvo pensado para essas mesmas intervenções.

Em suma, tendo em conta a questão central deste trabalho, podemos concluir que o projecto BioRia se enquadra numa perspectiva de TA

porque tem percursos de natureza, acessíveis, e se preocupa com o público que o visita, por exemplo através do uso do veículo eléctrico. Também se enquadra numa perspectiva de DLS porque se enquadra num projecto de carácter local, assenta em recursos endógenos, como por exemplo os recursos naturais, fauna, flora e a Ria de Aveiro, usa esses recursos de forma racional, preservando o espaço, desenvolvendo parcerias e sendo um projecto participativo.

Posto isto, e no conjunto de todos estes resultados, espera-se que os percursos do Projecto BioRia possam ser visitados por mais pessoas, sendo um exemplo de inclusão e de TA. O BioRia, é portanto, um projecto de Turismo de Natureza, acessível, com bases locais. Contribui para a visita de turistas a essa região e pretende-se que este trabalho, ajude a incrementar um Turismo Acessível que contribua cada vez mais para o desenvolvimento do Município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albergaria, C., Brito, R., Lamas, S., & Bismarck, D. (s. d). *Percurso de Salreu: guia de campo*. Estarreja: BioRia

Amaro, R. (1998). O desenvolvimento local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro. *A rede para o desenvolvimento local*, (edição especial), 78-82.

Amaro, R. (2001). O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In AAVV (ed.). *Desenvolver, (des)envolvendo – Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*, 155-169. Messejana: Esdime.

Amaro, R. (2003). Desenvolvimento: de um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, (4), 35-70.

Azevedo, R. (1993). Três elementos fundamentais no desenvolvimento local: os animadores locais; as redes de cooperação; o partenariado. In M. Costa & J. Neves (Org), *Autarquias locais e desenvolvimento* (pp. 205-216).

Cabeças, J. (1998). Desenvolvimento e poder local. *A rede para o desenvolvimento local*, (edição especial), 42-46.

Devile, E. (2007). Turismo Acessível. In S. Lima & H. Careto (Coord.), *Turismo e desenvolvimento sustentável 2* (pp. 190-212).

Burnay, M. (2006). O turismo sustentável e turismo de natureza: constrangimentos e oportunidades. *Revista turismo & desenvolvimento*, (6), 167-179.

Campanhola, C., & Silva, J. (2000). Desenvolvimento Local e a Democratização dos espaços rurais (versão electrónica). *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 17 (1), 11-40.

Carvalho, A. (2006). Programa das aldeias de xisto: caminhos para o turismo de montanha. *Revista turismo & desenvolvimento*, (6), 27-30.

Carvalho, N. (2009). Desenvolvimento local sustentável: agenda 21 Local como instrumento de política privilegiado para a sua implementação. *Revista científica sobre ambiente e desenvolvimento local*, (5), 79-94.

Chaves, M. (1994). A dimensão ecológica do desenvolvimento: elementos de reflexão sobre o conceito de “ecodesenvolvimento”. *Cadernos de Ciências Sociais*, (14), 99-115.

Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (1991). *O nosso futuro comum*. Lisboa: Meribérica/Liber editores. (Original publicado em 1987).

Coordenação da CNAD - Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes. (2007). *Turismo acessível turismo para todos: guia de referências para profissionais de turismo. Uma resposta às necessidades especiais dos turistas com deficiência*. Lisboa:

Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

Creswell, J. (2008). *Educational research. Planing, conducting and evaluating quantitative and qualitative research*. New Jersey: Pearson International Edition.

Devile, E. (2007). Turismo Acessível. In S. Lima & H. Careto (Coord.), *Turismo e desenvolvimento sustentável 2* (pp. 190-212).

Devile, E. (2009a). O desenvolvimento do turismo acessível: dos argumentos sociais aos argumentos de mercado. *Revista turismo & desenvolvimento*, (11), 39-46.

Devile, E. (2009b). Desenvolvimento de destinos turísticos acessíveis: o caso da Lousã. In J. Simões, & C. Ferreira (Eds.), *Turismos de nicho: motivações, produtos, territórios* (pp. 387-400). Lisboa: Centros de estudos geográficos, Universidade de Lisboa.

Espírito Santo, R. (2009). Iniciativa natureza para todos: o acesso universal às áreas protegidas portuguesas. *Revista turismo & desenvolvimento*, (11), 81-94.

Fontes, A., & Monteiro, I. (2009). O projecto “Lousã, destino de turismo acessível”: um estudo de caso da aplicação de uma abordagem sistémica ao turismo acessível. *Revista turismo & desenvolvimento*, (11), 61-72.

Kastenholz, E., Carvalho, F., Pinho, C., & Azevedo, J. (2009). O projecto MIT – uma iniciática de colaboração transfronteiriça com

preocupações de acessibilidade. *Revista turismo & desenvolvimento*, (11), 125-137.

Mayor, F. (2001). Desenvolvimento endógeno e governação democrática. In A. Barreto, A. Leite, D. Dollar, E. Gymiah-Boadi, F. Mayor, F. Fukuyama, J. Espada, J. Sampaio, L. Soete, M. Barbosa, M. Moreira, M. Johnson, R. Baldwin, N. Walle, P. Johnson, R. Baldwin, R. McKinnon, S. Rebelo, S. Rose-Ackerman, V. Machado, & W. Anderson (Eds.), *Globalização, desenvolvimento e equidade* (1ª ed.) (pp. 89-97). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações Dom Quixote.

Miranda, C. & Martins, C. (2011). Cidade atractiva e sustentável: Melhorar está nas mãos de todos nós. *Boletim informativo: Município Estarreja*, (28), 10-11.

Organização Mundial de Turismo. (1999). *Código Mundial de Ética do Turismo*. Retirado a 11 de Abril, 2011, de www.uff.br/entretreter/index_files/codigo_de_etica_mundial.doc

Queiroz, A. (2009). Turismo de natureza acessível: percursos pedestres. *Revista turismo & desenvolvimento*, (11), 161-170.

Ramos, B. (2009). Aldeias do Xisto: um conceito de turismo sustentável inovador. *Revista turismo & desenvolvimento*, (11), 103-107.

Reis, J. (1994). O desenvolvimento local é possível? *O desenvolvimento local é possível?* Lisboa: Edição SPER -Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

Reis, J. (1998). Uma nova política Pública: o desenvolvimento local. *A Rede para o Desenvolvimento local*, Edição Especial.

Rita, J. & Mergulhão, L. (1997). Desenvolvimento local em meio rural: que possibilidades? *Economia e Sociologia*, (61), 31-42.

Rodrigues, V. (2009). *Desenvolvimento sustentável: uma introdução crítica* (1ª ed.). Parede: Principia Editora.

Silva, C. (2009). Acessibilidade e turismo, o direito à participação. *Revista turismo & desenvolvimento*, (11), 113-117.

Silva, P. (2010). *Plano local e municipal de promoção de acessibilidade de Sever do Vouga: síntese das acções desenvolvidas*. Sever do Vouga: Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade.

Teles, P. (2011). *Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade*. Apresentação pública, Setembro, Estarreja.

OUTRAS REFERÊNCIAS

Câmara Municipal de Estarreja (s.d.). Enquadramento Geográfico, demográfico e socioeconómico do Município de Estarreja. Retirado a 5 de Dezembro, 2011, de http://www.cm-estarreja.pt/main/pdf/relatorios_municipio/relatorio.pdf

Câmara Municipal de Estarreja (2007). *Quarto município a nível nacional: Estarreja recebe bandeira de prata da mobilidade*.

Retirado a 28 de Abril, 2011, de <http://www.cm-estarreja.pt/main/newstext.php?id=3940>

Câmara Municipal de Estarreja (2009a). Segundo Município a nível nacional: Estarreja recebe bandeira de ouro da mobilidade. Retirado a 28 de Abril, 2011, de <http://www.cm-estarreja.pt/main/newstext.php?id=5630>

Câmara Municipal de Estarreja (2009b). *BioRia: apresentação*. Retirado a 19 de Setembro, 2011, de <http://www.bioria.com/seccao.php?s=apresentacao>

Câmara Municipal de Estarreja (2009c). *BioRia: ria de Aveiro*. Retirado a 19 de Setembro, 2011, de <http://www.bioria.com/seccao.php?s=riaaveiro>

Câmara Municipal de Estarreja (2011). *Estarreja conquista Bandeira Verde ECO XXI*. Retirado a 27 de Setembro, 2011, de <http://www.cm-estarreja.pt/main/newstext.php?id=7393>

Câmara Municipal de Estarreja (2012). *Caracterização*. Retirado a 20 de Abril, 2011, de <http://www.cm-estarreja.pt/seccao.php?s=caracterizacao>

ANEXOS

ANEXO I - FOTOGRAFIAS DA VISITA DA APN (ver CD)

**ANEXO II – RESULTADOS DOS INQUÉRITOS – 2011 (ver
CD)**

**ANEXO III - PROPOSTAS DE INSTITUIÇÕES DO
MUNICÍPIO DE ESTARREJA PARA POTENCIAIS
VISITANTES DE TURISMO ACESSÍVEL**

Beduído

Associação Portuguesa de Deficientes (Delegação Estarreja):

Morada: Apartado 40, 3864-755 Estarreja

Telefone(s): 234841835

Órgãos sociais / Direcção:

António Matos Almeida

E-mail: info@apd-estarreja.org.pt

Cerciستا:

Morada: Rua da Fontinha, 3860-248 Estarreja

Telefone(s): 234843093

Órgãos sociais / Direcção:

Maria de Lurdes Breu

Fundação Cónego Filipe de Figueiredo:

Morada: R Dr. Manuel Andrade, nº 4, 3860 - 372 Estarreja

Telefone(s): 234 851 382

Fax: 234 855 920

Órgãos sociais / Direcção:

Manuel Filipe Silva Figueiredo

E-mail: fundaconfilipedefigueiredo@hotmail.com

Website: <http://www.fundaconfilipedefigueiredo.com/>

Santa Casa da Misericórdia de Estarreja:

Morada: Rua da Agra, 3865-208 Salreu

Telefone(s): 234843056

Fax: 234845269

Órgãos sociais / Direcção:

Dr^a Rosa de Fátima Dias Figueiredo

Avanca

Centro Paroquial e Social de Sta Marinha de Avanca:

Morada: Lugar da Igreja Apartado 44, 3864-908 Avanca

Telefone(s): 234884902

Órgãos sociais / Direcção:

Padre José Henriques da Silva

Canelas

Centro Social Paroquial S. Tomé de Canelas:

Morada: Rua Campo da Cruz, nº 46, 3865-006 Canelas ETR

Telefone(s): 234849912

Órgãos sociais / Direcção:

Padre Doutor Júlio Franclin Couto Pacheco

Fermelã

Associação Cultural e Recreativa do Roxico

Morada: Largo Nossa Senhora de Fátima – Roxico 3865 Fermelã

Telefone(s): 234849370

Fax: 234849370

Órgãos sociais / Direcção:

Artur Severiano Valente da Silva

E-mail: aurodeandrade@hotmail.com

Centro Social e Paroquial de S. Miguel de Fermelã:

Morada: Rua do Lameiro, 3865-138 Fermelã

Telefone(s): 234914557

Órgãos sociais / Direcção:

Rev. Padre Franclin Pacheco

Pardilhó

Assoc. da Quinta do Reszende:

Morada: Rua dos Moliceiros Agro, 3860-425 Pardilhó

Órgãos sociais / Direcção:

Dr. António Esteves

Assoc. Vida Nova - Lar de Idosos

Morada: Rua das Agradas, 15, 3860-539 Pardilhó

Telefone(s): 234855365

Órgãos sociais / Direcção:

Carlos Monteiro Nunes, Direcção Técnica: Dr.^a Custódia Carrelha

E-mail: larvidanova@mail.telepac.pt

Salreu

Assoc. Humanitária de Salreu

Morada: Rua da Assoc. Humanitária de Salreu, 3865-283 Salreu

Telefone(s): 234840910

Órgãos sociais / Direcção:

José Valente

E-mail: ahsalreu@ahsalreu.com

Website: <http://www.ahsalreu.com>

**ANEXO IV – CANDIDATURA À 7ª EDIÇÃO DOS PRÉMIOS
DE TURISMO (ver CD)**